IPTAN

Saberes
Interdisciplinares

ISSN 1982-6532

Saberes Interdisciplinares

Revista do Instituto de Ensino Superior
Presidente Tancredo de Almeida Neves
Ano VIII, nº 15, jan. - jun./2015

Revista Saberes Interdisciplinares / Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves.
– Ano VIII, n. 15 (2008)-
São João del-Rei, MG, 2015
Semestral
ISSN 1982-6532
Editor Sílvio Firmo do Nascimento

1.Multidisciplinar. 2. Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. 3. Sílvio Firmo do Nascimento

CDU 050

Catalogação: Mônica G. Palhares CRB6-1695

IPTAN
INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR
PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

DIRETOR PRESIDENTE
Dr. Nicolau de Carvalho Esteves

DIRETOR GERAL
Prof. Msc. Ricardo Assunção Viegas

DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza

DIRETORA DE GRADUAÇÃO
Profª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima

COORDENADORA DE PESQUISA
Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos

COORDENADORA DE EXTENSÃO
Profª Fernanda Joyce da Costa

COORDENADORA DE GRADUAÇÃO
Profa. Esp. Fabíola de Oliveira Alvarenga
Endereço:
Av. Leite de Castro, 1.101 – Bairro das Fábricas
São João del-Rei – MG – CEP: 36.301-182
Tel.: (32) 3379-2725 – Ramal 233
E-mail: revista@iptan.edu.br

Solicita-se permuta
We ask for exchange
Se pide canje

Sumários.org SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS
latindex
BANCO DE DADOS DE REVISTAS DAS IES PARTICULARES
CAPES

Qualis B5 - Filosofia/Teologia
Qualis B5 - Letras/Linguística
Qualis B5 - Psicologia /Sociologia
Qualis C - Direito

Solicita-se permuta
We ask for exchange
Se pide canje

Linha editorial
A Revista Saberes Interdisciplinares abrange as grandes áreas do conhecimento humano, com o objetivo de divulgar e incentivar a produção científica, instituindo o debate acadêmico e promovendo a ótica multidisciplinar na análise de fatos e fenômenos da realidade.

Editor
Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento

Conselho Editorial
Prof. Dr. Adelto Rodrigues Gonçalves (UNIP)
Prof. Dr. Adelmo José da Silva (UFSJ)
Prof. Dr. André Malina (UFRJ)
Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)
Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)
Profª Dra. Cristiana Maria Machado Abranches Soveral Paszkiewicz (Universidade Nova – Portugal)
Prof. Dr. Deilton Ribeiro Brasil (IPTAN/FDCL)
Prof. Dr. Fábio Abreu dos Passos (IPTAN)
Prof. Dr. Geraldo Dondici Vieira (CES-JF)
Prof. Dr. Alessandro Moura Zagatto (UNESP)
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)
Prof. Dr. José Manuel de Barros Dias (UFPR; ANQ – Portugal; UCP – Portugal; Universidade de Évora – Portugal)
Prof. Dr. José Maurício de Carvalho (IPTAN)
Prof. Dr. Manuel Jauara (UFSJ)
Profª Dra. Maria Aline Araújo de Oliveira Geoffroy (UNIPAC)
Profª Dra. Maria Elisa Rodrigues Moreira (UFU – PNPD/CAPES)
Prof. Dr. Márcio Eurélio Rios de Carvalho (IPTAN)
Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho (UFSJ)
Profª Dra. Raquel Vaserstein Gorayeb (UES – RJ)
Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento (IPTAN)
Profª Dra. Sônia Maria de Souza (UFJF)
Prof. Dr. Tiago Adão Lara (CES – JF)
Prof. Msc. Alex Mourão Terzi (IF SUDESTE MG)
Prof. Msc. Ciro de Banatti Galvão (IPTAN)
Profª Msc. Cleo Fante (Universidade Aveiro – Portugal)
Prof. Msc. Kennedy Alemar da Silva (UNILAVRAS)
Profª Esp. Ana Cláudia Ribeiro Paiva (IPTAN)
Profª Esp. Marcelo Soares Cotta (IPTAN)
Profª Esp. Márcio Antônio Resende (IPTAN)

Revisão
Profª Dra. Carla Leila Oliveira Campos (IPTAN)
Prof. Dr. Heberth Paulo de Souza (IPTAN)
Profª Dra. Maria Tereza Gomes de Almeida Lima (IPTAN)

Tradução e versão
Prof. Esp. Luciano Isaac (IPTAN)
Prof. Esp. Ronaldo de Freitas Moreira (EPCAR)

SUMÁRIO

Editorial.....13

Artigos

O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo (1788-1797).....17
Adelto Rodrigues Gonçalves

A atuação do gestor de pessoas no contexto das rotinas trabalhistas.....27
Pablo Luiz Martins
Polyana Carvalho Machado
Hugo Lucindo Ferreira

Freud, Psicanálise e Religião.....39
Elismar Alves dos Santos

Bullying e ambiente escolar: a necessária educação do afeto e das afetações.....49
Neura Cézar
Marivone Mai

Terapia assistida por animais em idosos residentes em instituições de longa permanência: perspectivas para a atuação da enfermagem.....61
Vaneska Ribeiro Perfeito Santos
Ana Cláudia Ribeiro Paiva
Angela Pierina Farnese Mazocoli
Mônika de Cássia Furtado Batista

Resenha

Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset.....75
Mauro Sérgio de Carvalho Tomaz

Normas para publicação.....81

Editorial

Saberes
Interdisciplinares

EDITORIAL

A Comissão Editorial, a Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Diretoria de Graduação e a Diretoria Geral do Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves, apresentamos ao público acadêmico o décimo quinto número da Revista Saberes Interdisciplinares. Eis os assuntos apresentados neste número:

1) O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo (1788-1797) – resgata os nove anos da administração de D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira à frente da capitania de São Paulo (1788-1797), período em que o governador procurou consolidar a economia, incrementando a agricultura, além de abrir caminhos para a circulação da produção de gêneros, especialmente do açúcar.

2) A atuação do gestor de pessoas no contexto das rotinas trabalhistas – analisa a atuação do gestor de pessoas no cotidiano das instituições empresariais e nas rotinas trabalhistas, enfatizando a relevância do conhecimento sobre o direito trabalhista dentro do setor de Recursos Humanos e sua aplicação quotidiana junto dos colaboradores e das equipes gestoras das empresas. Por sua vez, contribui para o entendimento das políticas empresariais voltadas para a valorização dos colaboradores e, consequentemente, para o sucesso da instituição na sociedade moderna.

3) Freud, psicanálise e religião – investiga a temática da religião em Freud. Com alguns escritos de Freud, algumas experiências religiosas passaram a ser questionadas por serem comparadas à neurose obsessiva compulsiva defendida pelo "pai da psicanálise". Porém, sua análise foi incontestavelmente original com o contributo da psicodinâmica das crenças e emoções religiosas.

4) Bullying e ambiente escolar: a necessária educação do afeto e das afetações – analisa o *bullying* sob a ótica dos sentimentos com base nos achados de uma investigação mais ampla levada a efeito e concluída em 2010, na Universidade Federal do Mato Grosso, intitulada "*Bullying*: preconceito, estigmas e desafios da educação para a paz", realizada com atores escolares – estudantes, professores, gestores, funcionários e famílias – sobre sua percepção das consequências do fenômeno *bullying* na escola.

5) Terapia assistida por animais em idosos residentes em instituições de longa permanência: perspectivas para a atuação da enfermagem – mostra que animais sempre estiveram entre os seres humanos desde os primórdios e sua relação passou por diversas mudanças, sendo, na atualidade, utilizados como auxiliares em terapias complementares a tratamentos convencionais. Portanto, aborda as perspectivas para a atuação da enfermagem, acerca dessa terapia complementar com idosos residentes em ILPI's que, por vezes, sentem-se abandonados, necessitando de cuidados.

Em síntese, nosso periódico está nucleado na interdisciplinaridade, considerada essencial no pensamento científico contemporâneo.

Por último, manifestamos nossa gratidão a todos os envolvidos no processo editorial: conselho editorial, articulistas, pareceristas, revisores linguísticos, tradutor de resumos, diretores, coordenadores, consultores, entre outros.

Prof. Dr. Sílvio Firmo do Nascimento
Editor

Artigos

Saberes
Interdisciplinares

O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo (1788-1797) [1]

Adelto Rodrigues Gonçalves – UNIP
Doutor em Letras – USP
Fone: (13)3473-6005
E-mail: marilizadelto@uol.com.br

Data de recepção: 15/05/2014
Data de aprovação: 29/09/2014

Resumo: Este trabalho procura resgatar os nove anos da administração de D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira à frente da capitania de São Paulo (1788-1797), período em que o governador procurou consolidar a economia, incrementando a agricultura, além de abrir caminhos para a circulação da produção de gêneros, especialmente do açúcar, de que a chamada Calçada do Lorena, ao pé da Serra do Mar, em Cubatão, hoje em ruínas, é ainda o melhor exemplo. O governo Lorena, além de atuar em defesa e manutenção dos territórios meridionais e das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de El Pardo, de 1761, apesar das poucas forças de que dispunha, destacou-se pela maneira harmoniosa com que procurou desempenhar sua administração, ganhando por isso o apoio das elites da capitania.

Palavras-chave: Brasil – Século XVIII – Capitania de São Paulo

1. Este texto é uma versão do capítulo final do projeto de pesquisa O Reino, a Colônia e o Poder: o governo Lorena na capitania de São Paulo (1788-1797), desenvolvido com bolsa da Universidade. "p.17-26"

1. São Paulo, um entroncamento de vias

Ao contrário do que a historiografia tradicional sempre defendeu, a capitania de São Paulo não vivia isolada nem tampouco estava despovoada, sobrevivendo de uma economia de subsistência, à época da chegada do governador D. Luís Antônio de Sousa Botelho, o morgado de Mateus, em 1765, quando deixou de ficar adjudicada à capitania do Rio de Janeiro. Esse período que se iniciara em 1748 sempre foi visto por historiadores mais antigos, como Roberto Simonsen (1889-1948) e Caio Prado Júnior (1907-1990), como de completa decadência e isolamento em relação às demais regiões da América portuguesa, em comparação com as capitanias do Nordeste e da zona de mineração, que apresentavam padrões de crescimento superiores.

Hoje, esse conceito tem sido revisto ou relativizado, ao reconhecer-se que, se São Paulo não dispunha de uma economia pautada na grande lavoura monocultura e escravista nem na extração mineral, teve participação decisiva no avanço em direção ao Oeste e à descoberta das minas de ouro ao final do século XVII (MENDES, 2004, p. 2), além de, geograficamente, localizar-se no entroncamento de importantes circuitos regionais, terrestres e fluviais (MOURA, 2006, p. 42). Esse fator continuou a pesar decisivamente no rumo do desenvolvimento da capitania.

Também não se pode admitir que a capitania, entre os anos de 1765 e 1822, tenha passado por enfraquecimento político ou decadência econômica, já que, no período, além de aumento demográfico, a capital continuou a atuar como peça-chave das principais vias, fluviais e terrestres, mercantis e de comunicação, o que sempre tendeu a fortalecer o circuito vicinal de comércio, ou seja, a economia de abastecimento local (MOURA, 2006, p. 43).

A economia da capitania de São Paulo sempre esteve baseada na comercialização dos produtos, servindo como entreposto de cargas. Até porque a lavoura praticada na região era feita em pequenas propriedades, sem larga escala, voltada mais para o abastecimento local e não para a exportação. A mão de obra escrava majoritária tampouco vinha da África, mas do elemento local, ou seja, o indígena capturado nos sertões. Enquanto as demais capitanias localizadas à beira do Oceano Atlântico concentravam seu interesse no tráfico marítimo com Portugal, especialmente para a venda da produção canavieira, os moradores do Planalto de Piratininga estavam preocupados com o sertão inexplorado e as riquezas que poderiam encontrar.

Por isso, quando o governador Lorena chegou para exercer o seu primeiro triênio, não encontrou uma capitania depauperada ou isolada, mas em desenvolvimento. E tratou de dar continuidade a uma política de fortalecimento de sua economia, procurando, na medida do possível, encetar uma série de obras de melhoramento dos caminhos do interior em direção à capital e, principalmente, ao litoral, pois os produtores agrícolas só se sentiriam estimulados a produzir mais se pudessem escoar a sua produção para outras capitanias e para o Reino.

2. Duas medidas fundamentais

Esse contexto o levou a tomar duas medidas que são fundamentais e aparecem como a marca de seu governo. Uma delas foi a proibição de que embarcações saíssem dos demais portos da capitania (São Sebastião, Ubatuba, Cananeia e Paranaguá) em direitura ao Rio de Janeiro, sem fazer escala em Santos, onde deveriam pagar dízimas à Alfândega. Se assim não o fizessem, continuariam a pagar dízimas na Alfândega do Rio de Janeiro, com sensíveis prejuízos à arrecadação da capitania de São Paulo.

Embora tenha causado muitos protestos por parte dos produtores e comerciantes de outros portos, a medida foi fundamental para canalizar a produção de açúcar e outros gêneros para o porto de Santos, que, a partir de seu governo, passou a comercializar diretamente com a Europa, ou seja, com Portugal. Ao partir do princípio de que governar é estabelecer prioridades, Lorena tomou uma decisão que seria fundamental para abrir literalmente o caminho para o desenvolvimento da capitania, determinando que toda carga produzida na capitania teria de passar primeiro pelo porto de Santos. A medida permitiu que o porto de Santos passasse a receber mais navios e a fazer o comércio diretamente com Portugal. Mais: a partir daí, as embarcações passaram a vir a Santos porque seus armadores entendiam que não retornariam mais vazias ou com meia carga.

Obviamente, isso causou descontentamento entre os grupos prejudicados: intermediários do Rio de Janeiro que atravessavam os negócios dos paulistas, produtores que costumavam escoar a produção por outros portos da capitania e até o vice-rei, que viu a arrecadação da Alfândega fluminense cair. Em compensação, as rendas da Alfândega santista aumentaram sobremaneira porque antes os produtos tinham de passar pelo Rio de Janeiro e lá é que pagavam as taxas.

Ao priorizar o caminho para o porto de Santos, em detrimento dos demais povoados de marinha, Lorena levou basicamente em conta a proximidade daquela vila à capital, ainda que a Serra do Mar se afigurasse como uma região praticamente impenetrável, tantos eram os obstáculos que se apresentavam. Mas, da mesma forma, esses obstáculos se colocariam, se tivesse optado por São Sebastião, Ubatuba, Cananeia ou Paranaguá, vilas mais distantes da cidade de São Paulo.

Por outro lado, na capital e mesmo na vila de Santos, com certeza, Lorena sabia que contaria com maior apoio financeiro e político para os seus planos de expansão, em função dos interesses econômicos de produtores e comerciantes. Ao mesmo tempo, atenderia aos interesses dos donos de engenho do interior da capitania, que defendiam o escoamento da produção pelo porto santista. Mas encontrou também oposição na Câmara de São Paulo, já que alguns comerciantes da capital não tinham interesse em que a vila de Santos viesse a assumir uma posição de liderança na capitania.

3. Uma briga de interesses

Essa briga de interesses vinha de longe. É de lembrar que a família Andrada, à frente de outros negociantes da vila de Santos, tentou em 1768, à época do governo do morgado de Mateus, autorização para instalar uma casa que controlasse o comércio atacadista da capitania com o Reino e outros portos da América portuguesa (MOURA, 2006, p. 48). Essa teria sido a primeira iniciativa de um grupo de comerciantes no sentido de estabelecer uma casa que funcionasse como intermediária, comprando os gêneros produzidos na capitania para revendê-los aos negociantes do Reino, que, por sua vez, distribuíam-nos para os demais portos da Europa e até da Ásia.

A ideia, porém, não foi adiante porque muitos produtores estavam acostumados a passar as suas mercadorias diretamente para o Rio de Janeiro e outros funcionavam como "caixeiros" desses negociantes fluminenses. Houve, portanto, também reação por parte de forças que controlavam a Câmara de São Paulo, pois não queriam perder o controle que exerciam sobre os circuitos regionais. E assim a sugestão foi bombardeada sob a alegação de que não havia gêneros no porto de Santos suficientes para satisfazer a necessidade de consumo dos moradores da cidade de São Paulo e revenda ao mercado externo (Atas da Câmara, v. XV, 1768, p. 339-340).

Esse receio de que o controle do mercado inter-regional caísse nas mãos de comerciantes santistas reflete-se na morosidade e má vontade com que a Câmara de São Paulo trataria nos anos seguintes as obras de construção e manutenção dos caminhos em direção ao mar. Só quando esse equilíbrio de forças foi rompido com a presença de um representante do Reino a favor da melhoria desses caminhos é que isso se tornou possível.

Para tanto, foi fundamental a maneira como o governador capitalizou o apoio de vários grandes comerciantes para a execução dos planos que trazia da Corte, especialmente José Arouche de Toledo Rendon, José Vaz de Carvalho, Francisco José de Sampaio Peixoto, Salvador Nardi de Vasconcelos Noronha e Antônio José Vaz, camaristas e importantes negociantes e produtores locais, que, a 17 de dezembro de 1791, participaram de uma academia na Câmara de São Paulo em homenagem ao governador, que então já levava quase três anos e meio à frente da capitania.

Lorena chegou do Reino com a mesma ideia do grupo liderado pela família Andrada em 1768. Só que, em vez de uma casa comercial estabelecida por comerciantes santistas, quem funcionaria como atravessador dos negócios e fomentador de crédito aos produtores e comerciantes de menor expressão seria um preposto indicado diretamente por Jacinto Fernandes Bandeira, o grande negociante de Lisboa. Obviamente, as forças que dominavam a Câmara não se opuseram de maneira tenaz como antes: uma coisa seria solapar a iniciativa de concorrentes locais, outra seria contrariar os interesses do representante régio na capitania.

Assim, contando com o apoio da elite dirigente da capital, o governador tratou de melhorar os caminhos da Serra de Cubatão em direção a Santos, determinando a construção da primeira via pavimentada da América, a hoje chamada Calçada do Lorena, além de mandar fazer um aterrado que permitiu a passagem com mais desenvoltura das cargas que vinham em lombo de muares e até em carroças.

Naturalmente, alguns grupos enriqueceram com a medida imposta a ferro e fogo por Lorena, em prejuízo de outros, que passaram a considerar a proibição um monopólio – o que, de fato, era –, mas, afinal de contas, a produção paulista, especialmente a de açúcar, que vinha de Itu, Porto Feliz, Mogi Mirim, Sorocaba, Guaratinguetá, Lorena, Jundiaí e São Carlos, começou a crescer de maneira vertiginosa. Esse crescimento da lavoura de cana de açúcar, especialmente naquelas vilas, pode ser constatado em números, com a multiplicação de engenhos: de um total de 78 que havia em 1793, chegou-se a 359 em 1798 (AHU, CU, São Paulo, caixa 14, doc. 698, post.1798).

4. O apoio das elites escravocratas

Se não bastasse isso para valorizar a administração de Lorena à frente da capitania de São Paulo, da consulta à documentação de arquivo ressalta que nenhum outro capitão-general e governador deixou o governo tão elogiado quanto D. Bernardo, ao menos pelas elites escravocratas da cidade de São Paulo e da vila de Santos, representadas pelas câmaras, que, obviamente, reuniam muitos produtores e comerciantes que haviam obtido altos lucros com a chamada "lei do porto único".

Em muitos documentos escritos após a sua saída para o governo de Minas Gerais, é possível encontrar vários elogios a sua forma de governar. Em julho de 1797, por exemplo, a Câmara de São Paulo fez questão de louvaminhar Lorena por ter escolhido para ajudante de ordens José Joaquim da Costa Gavião, em substituição ao conhecido José Romão Jeunot. Gavião viera do Regimento de Moura, no Alentejo, em Portugal, e àquele tempo ocupava o posto de capitão de cavalaria dos Voluntários Reais, além de já estar estabelecido e casado em São Paulo:

> A experiência mostra que um bom ajudante de ordens influi muito na felicidade de um bom governo: agora o acabamos de ver em o feliz governo do general Bernardo José de Lorena, que Vossa Majestade foi servida de promover para Minas Gerais (DI, v. 89, 1967, p. 104, 29/7/1797).

Contra Lorena, como se observou, levantaram-se as demais câmaras das vilas à beira-mar que se sentiram prejudicadas pela determinação que obrigava os produtores locais a enviar seus gêneros para o porto de Santos. Pouco mais de seis meses depois da saída de D. Bernardo, a Câmara de São Sebastião encaminhou representação à rainha queixando-se da "opressão e vexame em que os moradores daquela vila se achavam desde 1791, quando foram intimados por ordem do governador mandando suprimir a liberdade de levarem os seus efeitos a qualquer porto do Estado do Brasil, onde melhor pudessem reputar; e isto com pena de prisão" (DI, v. 89, 1967, p. 105, 3/2/1798).

Da correspondência, percebe-se que, de início, por recomendação da Corte, o substituto de Lorena, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, manteve a proibição, que, segundo a Câmara de São Sebastião, favorecia os monopolistas de Santos "que pagam menos que os do Rio de Janeiro". Para os camaristas, Mendonça teria acreditado nas "antigas e novas falarias dos mesmos (monopolistas)".

Os pró-homens de São Sebastião ainda acusaram o juiz de fora da vila de Santos, Sebastião Luís Tinoco da Silva, a essa altura já transferido para a cidade de São Paulo, de ter sido "bem instruído nos dolosos subterfúgios dos ditos monopolistas com quem vive". E justificaram o silêncio em que se haviam mantido durante o governo de Lorena porque temiam represálias. "Por isso, fomos tolerando a opressão na esperança de que o futuro sucessor talvez quebrasse o pesado grilhão", justificaram-se (DI, v. 89, 1967, p. 107, 3/2/1798).

À época em que escreveram essa representação à rainha, porém, o governador Mendonça já havia mudado de opinião. Tanto que, em correspondência datada de quatro dias depois daquela representação, Mendonça já avisava ao capitão-mor de São Sebastião, Cândido Xavier de Almeida e Souza, que havia derrubado a determinação que privilegiava o porto de Santos, concedendo licença para

aquele porto e para o de Ubatuba "de enviarem dos seus efeitos para qualquer porto da nossa América a terça parte dos açúcares e aguardentes que haviam feito entrar na vila de Santos" (DI, v. 87, 1963, p. 68, 7/2/1798).

A partir de então, Mendonça seria um contumaz crítico das medidas tomadas por seu antecessor: ao final de seu governo, ao escrever uma "memória" dirigida ao seu sucessor, Antônio José da Franca e Horta, acusou Lorena de ter tomado a medida de definir a vila de Santos como porto único "por seu próprio interesse". Uma acusação que, embora as evidências possam induzir que tivesse razão, partia de um governador que se tornara conhecido como notório atravessador dos negócios coloniais, tantas foram as queixas de comerciantes que chegaram à Corte.

Na "memória", porém, ao mesmo tempo, Mendonça deixou implícito um elogio à medida tomada por seu sucessor, ao admitir que a sua revogação "reduzira o comércio à fraqueza em que V. Exa. (o governador Franca e Horta) vem o achar", ainda que, a partir dali, cada um voltasse a ser "livre para transportar os gêneros que têm para onde mais conta lhe faz". Para justificar a derrubada daquele sistema que obrigava "os povos de São Sebastião e Ubatuba a conduzirem a Santos os seus efeitos para ali serem comprados pelos preços que queriam as pessoas encarregadas de sua compra", Mendonça argumentou que aquele monopólio trazia "insanável prejuízo aos agricultores que, desanimados com semelhantes procedimentos, abandonaram aquela ocupação, donde resultou a decadência das mencionadas vilas" (DI, v. 44, 1915, p. 129, 28/12/1802).

Num excesso de autocrítica, o governador reconheceu que a revogação da medida tomada por Lorena não aumentara o comércio direto com a metrópole, observando que "os gêneros que haviam de formar a carga dos poucos navios que em direitura se dirigiam à Corte formaram a dos muitos vasos pequenos que anualmente navegam desta capitania para todas as da América, além de dois ou três que constantemente têm ido em direitura ao referido porto de Lisboa" (DI, v. 44, 1915, p. 131, 28/12/1802). Depois, ressaltou que, com a saída dos gêneros da capitania, animou-se a agricultura, observando que "os compradores enviaram (os gêneros) para onde os convidou a boa venda que tiveram em referidos portos".

Ao contrariar ordem do Reino para seguir os ditames de seu antecessor, Mendonça justificou-se alegando que só fizera a mudança depois de muito estudo e "fundado em sólidas razões" (DI, v. 29, 1899, p. 130-134). Mas, na verdade, a sua decisão iria ao encontro da orientação de D. Maria I que, em razão das tensões vividas na Europa entre França e Inglaterra, ordenara que os "vasos pequenos" das demais vilas de marinha da América portuguesa não se dirigissem em direitura a Lisboa, mas antes passassem por portos mais importantes, como o Rio de Janeiro, no Atlântico Sul, seguindo até a Bahia, fazendo o transbordo para embarcações mais seguras, o que, de certa forma, também reforçava a antiga medida adotada por Lorena (DI, v. 39, 1902, p. 145). Como se sabe, dali as embarcações seguiriam para o Reino protegidas por naus de guerra.

A decisão de derrubar a prática exclusiva atribuída ao porto de Santos talvez resultasse de cooptação do governador e capitão-general por produtores das vilas litorâneas da capitania – São Sebastião, Ubatuba, Cananeia e Paranaguá – e de negociantes cariocas, que, de fato, haviam sido prejudicados pelas restrições impostas ao tempo de Lorena (MATTOS, 2009, p. 135-136).

Mas, para Mendonça, a navegação do porto de Santos para o de Lisboa haveria de ser sempre diminuta, enquanto as culturas de café e de algodão não chegassem ao seu auge, "pois que estes gêneros são os que oferecem mais carga que, por ser especificamente mais cara, é mais apropriada para os altos das embarcações" (DI, v. 44, 1915, p. 131-132, 28/12/1802).

5. A Lei do porto único

Ao se referir à "curtíssima" instrução que seu antecessor lhe deixara, Mendonça contestou a informação de que, a partir da "lei do porto único", a capitania passara a fornecer carga suficiente para abastecer doze navios por ano rumo a Lisboa. "Ele mesmo (Lorena) se convenceria do pouco fundamento desta assertiva, se ali declarasse o total dos gêneros que podiam ser transportados para aquela capital", argumentou.

Depois de se referir novamente à decadência em que se encontravam as vilas de São Sebastião e Ubatuba ao tempo de sua chegada a São Paulo – "com a maior parte de seus engenhos demolida" –, Mendonça lembrou que, àquela época, as vilas de Serra-acima, "situadas na estrada que conduz desta capital para o Rio de Janeiro", haviam produzido apenas 83.435 arrobas de açúcar. "Foram as (arrobas) que desceram no primeiro ano de meu governo, que foi o de 1797, e passaram pelo Cubatão", disse (DI, V. 44, 1915, p. 137, 28/12/1802).

Ao final de 1802, segundo Mendonça, a capitania já estava produzindo 200 mil arrobas de açúcar por ano, que, ainda assim, não seriam suficientes para suprir dez embarcações com 500 caixas de 40 arrobas. "Ainda que suprido todo este açúcar em Santos, sempre vem a faltar carga para os altos (das embarcações)", disse, observando que nunca a capitania tivera produção suficiente para suprir sequer dez embarcações por ano. "Nem a pode ter senão daqui a meia dúzia de anos", previu (DI, v. 44, 1915, p. 138, 28/12/1802).

Apesar de todas as dificuldades que enumerava, Mendonça, em sua exposição, fez questão de manifestar a Franca e Horta que ele viria para governar uma capitania que era, "sem dúvida, a melhor da América, pela sua situação local e pelo concurso de circunstâncias que foram a sua total independência das outras". Segundo o governador que estava de saída, a capitania produzia tudo quanto era necessário para a sustentação de seus habitantes e para o comércio, além de ter a vantagem de oferecer gêneros de que têm absolutamente necessidade as capitanias adjacentes, "como são os animais que daqui saem e por aqui transitam, tanto *vacum* para o Rio de Janeiro como muares para a mesma capitania e para as de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso" (DI, v. 44, 1915, p. 138, 28/12/1802).

Como se sabe, esse comércio intercapitanias de tropas de muares impulsionado pela expansão da lavoura açucareira em São Paulo e no Rio de Janeiro, favorecida pela conjuntura internacional, havia também contribuído sobremaneira para dinamizar a economia paulista, tendo a feira de Sorocaba funcionado como mola propulsora a partir da década de 1770. "Deste modo, os comerciantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e vilas paulistas já não tinham necessidade de se deslocar até o continente de São Pedro para adquirir os animais. Bastava, desde então, deslocar-se para a feira" (BACELAR, 2001, p. 32).

6. A importância da Calçada do Lorena

Ainda incomodado com a boa fama que cercava o seu antecessor, ao final de sua exposição a Franca e Horta, Mendonça, ao reconhecer implicitamente a importância da construção da estrada pavimentada que Lorena mandara fazer ao tempo de seu governo, procuraria minimizar a obra, dizendo que "para nada serviria" se ele não tivesse consertado o resto do caminho. Graças aos serviços que mandara executar – comandados pelo sargento-mor engenheiro João da Costa Ferreira (DI, v. 87, 1963, p. 6, 13/7/1797) –, garantiu Mendonça, a estrada por terra de Cubatão a Santos, "além de oferecer um meio de tornar legal o direito de passagem", abria a possibilidade de se transportar a cavalo os gêneros de Serra-acima até o porto, "evitando-se por este modo a ruína que sofre o açúcar no transporte por água" (DI, v. 44, 1915, p. 145, 28/12/1802).

A par das divergências entre as exposições dos governadores, ditadas quase sempre pela vaidade de cada um, a verdade é que a segunda metade do século XVIII foi decisiva para o crescimento que a capitania de São Paulo apresentaria já no século seguinte, o que a levaria a cumprir papel fundamental nas circunstâncias que conduziram à separação do Brasil de Portugal, em razão de sua importância geopolítica e econômica.

Uma representação encaminhada pelo comerciante Diogo de Toledo Lara Ordonhes, de Lisboa, ao final da década de 1790, ao ministro dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, traça um panorama isento desse período, até porque o seu autor não teria nenhum vínculo político ou comercial com governadores e capitães-generais. Segundo Lara Ordonhes, na década de 1750, das capitanias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão só se exportavam para Portugal os dois mais "consideráveis efeitos" do Brasil, o açúcar e o tabaco de rolo, "ainda que este último veio a se limitar ao Recôncavo da Bahia". Naquele tempo, segundo o comerciante, a capitania de São Paulo não dava para o comércio com a Europa (isto é, com Portugal) "uma só arroba de açúcar nem outro efeito algum" (DI, v. 89, 1967, p. 142-143).

De acordo com Lara Ordonhes, a vila de Santos, principal porto da capitania, "tendo sido antigamente muito comerciante", achava-se então na última decadência, mas começou a se revitalizar depois com a fabricação de anil e de maior quantidade de açúcar, que eram conduzidos para o porto do Rio de Janeiro por conta de comerciantes cariocas que se encarregavam de reenviar os produtos para Portugal. "No tempo de Francisco da Cunha Meneses (1782-1786), promoveu-se a agricultura e principiaram a carregar no dito porto de Santos alguns navios que saíam em direitura para Lisboa", disse, observando que, apesar disso, sempre existiu a liberdade de se transportar os gêneros para o Rio de Janeiro, "no que não houve alteração no governo de Chichorro (1786-1788)". Depois, acrescentou:

> Lorena (1788-1797) não só promoveu altamente a agricultura e animou a indústria dos paulistas, mas também proibiu a exportação de todos os gêneros de embarque para outra qualquer parte da capitania, para deste modo facilitar-se o comércio direto com Portugal, o que conseguiu com grande benefício dos povos que regia, pois presentemente podem carregar em cada ano no porto de Santos para Portugal 12 navios de açúcar da melhor qualidade e de outros gêneros (DI, v. 89, 1967, p. 143).

Segundo Lara Ordonhes, como antes desta proibição o açúcar fabricado na capitania de São Paulo se confundia com o do Rio de Janeiro, passava todo ele debaixo deste nome, conservando na praça de Lisboa a mesma reputação, que tinha adquirido o do Rio de Janeiro pela autoridade da Mesa de Inspeção. "Depois que entrou a ser conhecido nesta praça de Lisboa o açúcar paulistano pelo nome de açúcar de Santos, decaiu muito a (sua) reputação e por consequência o preço", disse, explicando que, embora muitas caixas viessem com o título de branco fino ou de branco redondo, havia nelas açúcar misturado e baixo, além dos chamados mascavos.

Para o comerciante, essa alteração se devia atribuir em parte à ignorância e aos descuidos dos fabricantes e em parte à malícia e má-fé dos mesmos produtores, sem deixar de levar em conta que "algumas causas físicas do terreno em que eram plantadas as canas influíam muito na mesma bondade do açúcar comprado de outras capitanias que ficam ao Norte".

Como essa representação lhe foi encaminhada pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho anexa à carta de 27 de março de 1799, Mendonça, com certeza, só tomou conhecimento de seu teor depois que já havia derrubado a proibição de Lorena, não lhe restando alternativa que não fosse a de justificar sua decisão. Embora tenha reconhecido que o açúcar produzido na capitania gozava de "má fama por causa das alterações que sofria", só, ao final de 1802, ao deixar o governo, é que iria defender a instalação de uma Mesa de Inspeção em São Paulo para certificar a sua boa qualidade, tarefa que deixava para o seu sucessor (DI, v. 44, 1915, p. 139, 28/12/1802). Ao que parece, os elogios feitos pelo comerciante lisboeta a Lorena influenciaram o ânimo de Mendonça, pois, a partir de então, ele tratou de menosprezar sempre que pôde os méritos e feitos de seu antecessor.

Que havia na decisão de Mendonça de derrubar o monopólio da vila de Santos mais despeito do que análise fria dos fatos conclui-se ao se constatar que, em 1804, o governador Franca e Horta haveria de propor ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho a retomada da exclusividade de comércio direto entre o porto santista e o de Lisboa, ainda que a decisão voltasse a desagradar aos produtores e comerciantes ligados ao comércio com o Rio de Janeiro (DI, v. 94, 1990, p. 17-19).

De fato, proposta aceita, Franca e Horta seriam alvo das mesmas acusações que haviam sido feitas a Lorena, como se vê em queixa encaminhada em fevereiro de 1805 ao príncipe regente pelo pároco João Rodrigues Coelho, de São Sebastião, para quem o governador abusava do despotismo, praticando violências e opressão, ao proibir que as vilas de marinha comercializassem com outras capitanias e até mesmo entre si.

Segundo o pároco, os habitantes das vilas litorâneas eram obrigados a enviar seus gêneros a Santos, onde três monopolistas controlavam o comércio, pagando preços diminutos. De acordo com Coelho, o governador e capitão-general perseguia e mandava prender quem ousasse desafiar suas ordens, mas favoreceria contrabandistas que enviavam para "as Américas espanholas" escravos, açúcar, aguardente e outros produtos sem pagar os direitos reais. Esses contrabandistas seriam o capitão-mor Manoel Lopes da Ressurreição e os capitães João José da Silva e Julião de Moura Negrão, com os quais o governador teria "contraído amizade" (AHU, CU, caixa 57, doc. 4.300, 7/2/1805).

A decisão de Franca e Horta, no entanto, não iria durar muito, pois a 6 de outubro de 1806 o príncipe regente mandou que tudo voltasse ao estado anterior (AHU, CU, caixa 58, doc. 4371). O governador ainda insistiu em manter a concentração das cargas num só porto como única medida possível para fomentar a circulação de mercadorias entre a capitania e o Reino (AHU, CU, caixa 30, doc. 1322, 8/6/1807), mas em julho de 1807 viu-se obrigado a liberar o comércio em todos os portos.

Considerações finais

Independente dos interesses particulares em jogo, é de se reconhecer que, sob o governo de Lorena, a exclusividade dada ao porto de Santos redundou no fortalecimento do mercado do açúcar, o que foi fundamental para o crescimento econômico da capitania. Com a revolta dos escravos na ilha de São Domingos, no Caribe, as cotações internacionais do produto elevaram-se rapidamente, obrigando o governador a buscar uma saída para o escoamento da produção, como queriam os donos de engenho e os comerciantes. Em consequência, os engenhos começaram a se multiplicar em ritmo inédito, acelerando a aquisição de escravos para o trabalho no campo, além de atrair mão de obra de outras capitanias, o que explica um crescimento da população no período acima do que era usual (SILVA, 2009, p.159).

Basta ver que levantamento feito à época do governo Chichorro (1786-1788) apontou uma relação de habitantes de 126.145 pessoas (AHU, CU, caixa 38, doc. 3192, 2/3/1788), que chegou a 139.287 em 1789 (AHU, CU, caixa 40, doc. 3288, 31/12/1789), enquanto um mapa de 1796 registrou 155.703 habitantes, entre homens livres e escravos (AHU, CU, caixa 43, doc. 3470, c. 1796), ou seja, um crescimento de 23% em oito anos, o que indica que a evolução econômica também atraiu gente de outras capitanias e do Reino. Essa conjuntura favorável, por certo, iria estimular a procura por novas terras rumo à região Oeste da capitania, fosse pela concessão de sesmarias, fosse pela posse arbitrária, favorecendo a proliferação de arraiais e a fundação de novas vilas.

Por aqui se vê que, de fato, os nove anos de Lorena à frente da capitania de São Paulo foram decisivos para o desenvolvimento da capitania, ainda que não se possa imaginar que tivesse partido do ponto zero, pois os governos anteriores criaram as bases desse processo de crescimento e, bem ou mal, tanto Mendonça (1797-1802) quanto Franca e Horta (1802-1811) e os governos que se seguiram deram igualmente sua contribuição.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU), de Lisboa. Documentação referente à capitania de São Paulo em microfilmes/Projeto Resgate que consta do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP): rolos 06.05.001/052; 06.06.053/070 (Conselho Ultramarino); 06.06.029/033 (Documentos avulsos da Capitania de São Paulo).

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1768, v. XV. Publicação Oficial do Arquivo Municipal de São Paulo, 1921.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp-Annablume, 2001.
Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 29, 1899; v. 38, 1902; v. 44, 1915; v. 87, 1963; v. 89, 1967; e v. 94, 1990.

MATTOS, Renato de. *Política, Administração e Negócios: A capitania de São Paulo e sua inserção nas relações mercantis do Império Português (1788-1808)*. São Paulo: São Paulo: dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

MENDES, Denise. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista,* mimeo. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1994.

MENDES, Denise. *Calçada do Lorena: um novo caminho para a capitania de São Paulo no século XVIII*, 2004. <Disponível em: http:// www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=606> Acesso em: 10/5/2014.

MOURA, Denise A. Soares. "Região, relações de poder e circuitos mercantis em São Paulo (1765-1822). In: *Saeculum Revista de História*, João Pessoa-PB, nº 14, jan-jun. 2006, p. 39-56.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.); BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. GOLDSCHMIDT, Eliana Rea; NEVES, Lúcia M. Bastos P. *História de São Paulo colonia*l. São Paulo: Unesp, 2009.

Kingdom, colony and power: the Lorena administration in the Captaincy of São Paulo (1788-1797)

Abstract: The aim of this paper is to elucidate D. Bernardo José Maria de Lorena e Silveira's nine-year administration (1788 – 1797) as head of the Captaincy of São Paulo, period in which the governor has attempted to consolidate the economy by developing the agriculture and encouraging the circulation of commodities, especially sugar, in which Calçada do Lorena (nowadays in ruins), located at the foot of Serra do mar, in the city of Cubatão, is still considered to be the best example. Besides acting in defense and maintenance of Southern territories and borders established by the Treaty of El Pardo (1761), in spite of the scarce resources available, the Lorena Administration has distinguished itself by its harmonious way by means of which it exercised its administration and won support from the local authorities.

Keywords: Brazil – 18th century – Captaincy of São Paulo

A atuação do gestor de pessoas no contexto das rotinas trabalhistas

Pablo Luiz Martins – UFSJ
Mestre em Ciências Contábeis – FECAP
E-mail: pablo@ufsj.edu.br
Telefone:(32)3379-2355

Polyana Carvalho Machado – UFSJ
Pós-Graduada em Gestão Estratégica de Pessoas – UFSJ
E-mail: polyanacm@hotmail.com
Telefone:(32)3379-2355

Hugo Lucindo Ferreira – UFSJ
Graduando em Ciências Contábeis – UFSJ
E-mail: hugolucindo@gmail.com
Telefone:(32)3379-2355

Data de aceitação: 06/12/2013
Data de aprovação: 06/10/2014

Resumo: Este artigo tem por finalidade analisar a atuação do gestor de pessoas no cotidiano das instituições empresariais e nas rotinas trabalhistas, enfatizando a relevância do conhecimento acerca do direito trabalhista dentro do setor de Recursos Humanos e sua aplicação no dia a dia dos colaboradores e equipes gestoras das empresas. Diante das mudanças que a sociedade moderna vem sofrendo, o presente estudo visa a contribuir para o entendimento das políticas empresariais voltadas para a valorização dos colaboradores e, consequentemente, para o sucesso da instituição, bem como entender o modo como os gestores de pessoas lidam com os direitos trabalhistas e como as rotinas interferem diretamente na vida dos envolvidos, de modo a torná-las produtivos e participativos dentro das organizações. O elemento humano passou a ser visto como um colaborador que pode somar de maneira produtiva para a organização, fazendo, portanto, jus aos seus direitos.

Palavras chaves: Gestores – Direito Trabalhista – Recursos Humanos – Administração

1. Este texto é uma versão do capítulo: "A atuação do gestor de pessoas no contexto das rotinas trabalhistas". "p.27-37"

Introdução

Nos dias atuais, o mundo está repleto de mudanças em todos os setores, devido ao avanço da tecnologia e da globalização. Hoje muito se discute acerca do papel dos gestores e da importância dos colaboradores dentro das instituições. Estes têm um papel fundamental, pois, quando bem geridos, são eles que levam a organização a atingir seus objetivos de produtividade e lucratividade no mercado.

O gestor é, portanto, uma figura essencial nesse cenário, pois é o mesmo que deve articular as boas relações no ambiente de trabalho, minimizando os conflitos e buscando agregar parcerias produtivas. Dessa forma, o Direito do Trabalho passou a ser visto como uma área que foca as políticas empresariais tendo como objetivo o zelo pelas boas relações interpessoais dentro do ambiente de trabalho.

A Gestão de Pessoas torna-se elemento essencial nesse contexto, uma vez que, segundo Dutra (2002, p. 17), é "um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo". Os colaboradores, por sua vez, são um time em que, bem direcionados e motivados, podem levar a instituição a atingir e superar suas metas e objetivos. Dessa forma, nos dias atuais, o setor de Recursos Humanos se tornou elemento de suma importância dentro da empresa, e o gestor responsável por este tem que estar atualizado com as mudanças por que a esfera empresarial tem passado.

Antigamente, o que se conhecia de administração empresarial era composto por um diretor ou gerente com poucos assessores e muitos funcionários, que trabalhavam insatisfeitos, dia após dia, e não se sentiam valorizados e muito menos importantes dentro da organização. O poder era centralizado de forma individualista, e não havia delegação do mesmo. Acreditava-se que, ao delegar responsabilidades, o gestor se enfraquecia podendo até perder o seu posto. Esse posto, na maioria das vezes, não era oferecido por merecimento ou capacidade, e, sim, por questões parciais e de interesse pessoal.

O setor de Recursos Humanos era somente o local onde as pessoas eram admitidas ou demitidas, segundo a conveniência da empresa. Os diálogos eram escassos e a interação entre a equipe gestora e os colaboradores não fluíam. Com a evolução administrativa, esse setor passou a ser dinâmico e a assumir outro papel, sendo também responsável por agregar valores para se alcançar o êxito em seus empreendimentos.

Dessa forma, a visão que se tem hoje da gestão de pessoas difere muito de sua antiga definição, pois, hoje, o ser humano passa a ser pessoa de fundamental importância no mundo globalizado. De acordo com Chiavenato (1999, p. 6):

> A Gestão de Pessoas tem sido a responsável pela excelência de organizações bem-sucedidas e pelo aporte de capital intelectual que simboliza, mais do que tudo, a importância do fator humano em plena Era da Informação. Com a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto da mudança e o intenso movimento pela qualidade e produtividade, surge uma eloquente constatação na maioria das organizações: o grande diferencial, a principal vantagem competitiva das empresas decorre das pessoas que nelas trabalham.

Diante dessa nova visão, percebe-se que as pessoas ocupam um lugar de grande importância no mundo empresarial atual, em que o elemento humano está em destaque em plena era da globalização e das transformações tecnológicas. As pessoas são responsáveis pelos sucessos ou fracassos das organizações, uma vez que as mesmas têm o poder de fazer progredir ou regredir qualquer estabelecimento ou empresa, de acordo com suas ações e atitudes.

Torna-se essencial, portanto, um gerenciamento adequado e responsável dos gestores e dos colaboradores, pois essa soma de atitudes conjuntas irá alicerçar o ambiente de trabalho baseado no respeito e na valorização mútua. Por outro lado, é saudável os indivíduos depararem com situações relevantes, em que os conflitos aparecem como polêmicos ou sutis, pois os mesmos são necessários para o

crescimento do grupo e não há acertos sem haver erros prévios. A transformação na gestão moderna permite ao colaborador expressar suas ideias e pontos de vista sem medo.

Em consonância com Chiavenato (2004, p.11), a gestão moderna se baseia em três aspectos fundamentais:

1. *As pessoas como seres humanos*. Todas as pessoas são um ser único, particular, com uma vivência passada e presente, que se reflete no seu saber diferenciado, no seu conhecimento, habilidades e competências. Características estas essenciais à correta gestão dos recursos organizacionais, em que são consideradas como pessoas e não como recursos organizacionais.

2. *As pessoas como atuadoras inteligentes de recursos organizacionais*. As pessoas são elementos capazes de dotar a organização de inteligência, talento e aprendizagem, de impulsioná-la, de dotá-la de uma constante renovação e competitividade, em face de um ambiente repleto de mudanças e desafios. As pessoas são fonte de dinamização e impulso; não são parceiros inativos, imóveis, apáticos.

3. *As pessoas como parceiras da organização*. A mais valia das pessoas é sem dúvida a capacidade dessas em conduzir a organização ao sucesso. Ao serem consideradas parceiras, as pessoas investem na organização com esforço, dedicação, responsabilidade, comprometimento, com o fim de conseguirem retorno do que investiram como salário, incentivos financeiros, ajuda de custo, ascensão hierárquica. A medida do retorno é muito importante, se tivermos em conta que existe um nexo de relação, entre incentivo para fazer, com recompensa boa sustentável.

1. A importância do setor de Recursos Humanos na gestão de pessoas

Os Recursos Humanos têm uma função muito importante dentro das organizações e pode-se defini-lo como espinha dorsal da empresa. É notável como o elemento humano tornou-se o fator mais importante nas organizações, haja vista que todo o olhar da empresa encontra-se voltado para ele. Diante disso, Chiavenato (2003, p.17) conceitua os Recursos Humanos como:

> uma área interdisciplinar que tem a capacidade de envolver inúmeros conceitos oriundos de várias áreas, por tratar diretamente como o ser humano, ou seja, indivíduos com personalidades diferentes, o que requer de qualquer especialista na área de recursos humanos uma experiência e um bom volume de conhecimento em diferentes áreas.

A administração de Recursos Humanos é o setor da empresa responsável pela admissão e demissão dos funcionários e pela coordenação dos interesses da instituição e dos trabalhadores. Esse setor é o elo entre a gestão e os colaboradores, visando proporcionar à empresa uma equipe coesa e produtiva para que os objetivos sejam alcançados.

A administração de Recursos Humanos, segundo Aquino (1980, p.76), consiste em:

> planejar, organizar, dirigir e controlar as funções procura desenvolvimento, manutenção e utilização da força de trabalho de forma que os objetivos para os quais a empresa foi estabelecida sejam atingidos econômica e eficazmente, bem como os objetivos de todos os níveis de pessoal e os da sociedade sejam devidamente considerados e atingidos.

Diante do exposto, percebe-se que o setor de Recursos Humanos bem estruturado funciona como um eixo de equilíbrio entre empregado e empregador, priorizando mecanismos capazes de interagir visando à satisfação mútua de todos os envolvidos no processo. De um lado, zela pelas necessidades materiais e psicológicas do colaborador, garantindo-lhe prestar seu serviço com dignidade, e, de outro, trabalha como incentivador amenizando os conflitos, visando maior produtividade e, consequentemente, a satisfação de todos.

O setor de Recursos Humanos bem organizado e estruturado consegue gerir a importância da empresa para os funcionários, gerando assim o reconhecimento do trabalho dos mesmos, e, quando o funcionário se sente reconhecido, ele trabalha com vontade. O retorno é imediato, pois o colaborador trabalha pelo bem incondicional da empresa.

Cabe ao Setor de Recursos Humanos ainda:

· Selecionar os melhores candidatos para o preenchimento de vagas;
· Cuidar dos documentos legais para a contratação ou demissão de um colaborador;
· Proporcionar treinamentos e cursos de atualização, reciclagens;
· Zelar pela satisfação no ambiente de trabalho;
· Controlar pontos, pagamento, apontamentos de hora extra, folgas, férias;
· Emitir contracheques;
· Ser mediador entre gestor e colaborador, entre outros.

Assim, de acordo com Chiavenato (1998, p.17), o RH:

> consiste no planejamento, na organização, no desenvolvimento, na coordenação e no controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, ao mesmo tempo em que a organização representa o meio que permita às pessoas, que com ala colaboram, alcançar os objetivos individuais relacionados direta ou indiretamente com o trabalho.

Ainda de acordo com Chiavenato (1999, p. 30), do ponto de vista de Gestão de Pessoas, "organização viável é aquela que não somente consegue captar e aplicar adequadamente os seus recursos humanos, como também os mantém satisfeitos em longo prazo na organização."

Já para Silva (2002, p. 224), "o principal interesse gerencial é motivar os funcionários a alcançar os objetivos organizacionais de um modo eficiente e eficaz". Nesse sentido o papel do gerente de recursos humanos é fundamental, pois é o órgão que tem as características para efetuar essa motivação junto aos seus colaboradores.

Para conseguir seus objetivos, o pessoal que trabalha nos recursos humanos precisa entender e aceitar a diversidade e a individualidade das pessoas para utilizar esses fatores em benefício da própria empresa, uma vez que esse setor não é o único responsável pelos erros ou acertos. O sucesso da empresa depende de vários outros fatores para ser alcançado, mas cada setor deve oportunizar mecanismos de trabalho que viabilizem a concretização das metas estabelecidas, pois, além das tarefas burocráticas, os chamados DRH desenvolvem funções táticas, como órgãos prestadores de serviços especializados. Cuidam do recrutamento, seleção, treinamento, avaliação, remuneração, higiene e segurança do trabalho e de relações trabalhistas e sindicais (CHIAVENATO, 2004, p. 42).

Assim, a Gestão de Recursos Humanos assume cada vez mais uma importância no desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para a modernização e aprendizagem contínua, exercendo um papel fundamental interna e externamente dentro da empresa, causando transformações na própria empresa, na convivência diária dos colaboradores, na organização do trabalho e no relacionamento com a organização e com as pessoas que utilizam seus serviços.

É importante observar que as rotinas trabalhistas não são de conhecimento e nem de domínio público. Faz-se, portanto, necessário que as empresas busquem qualificação nesse sentido, pois a

especialidade das rotinas jurídicas deve estar inteiramente bem alicerçada nas empresas para se evitarem eventuais transtornos. O novo modelo de gestão nos dias atuais é feito de forma descentralizada e participativa, dividindo responsabilidades e focando no aprimoramento individual e coletivo.

É fundamental que haja um gerenciamento adequado e responsável tanto por parte dos gestores, como dos colaboradores, pois é essa soma de atitudes conjuntas que irão alicerçar o ambiente de trabalho baseado no respeito e na valorização mútua. Por outro lado, é saudável os indivíduos depararem com situações inusitadas nas quais pode haver conflitos, pois os mesmos são necessários para o crescimento do grupo e não há acertos sem haver erros prévios. A transformação na gestão moderna permite ao colaborador expressar suas ideias e pontos de vista sem medo.

Nos dias atuais muitas são as atribuições do setor de pessoal, e essas, por sua vez, são de extrema importância, conforme afirma Santos (2005):

> [...] cabe ao Departamento de Pessoal possuir os conhecimentos pertinentes sobre ficha de registro de empregados, carteira de trabalho, anotações na carteira de trabalho, contrato de experiência, declaração de dependentes para fins de imposto de renda, cartão ponto ou livro de ponto, ficha de salário família, termo de responsabilidade de salário-família, folha de pagamento, proventos, descontos, 13º salário, jornada de trabalho, férias, rescisão de contrato de trabalho, prazo para pagamento da rescisão, entre outros.

O próprio gerente de Recursos Humanos necessita entender dessas rotinas e ser assessorado por um profissional qualificado para esse fim.

2. O Comportamento do elemento humano e suas contribui-ções para o setor organizacional

No mundo empresarial, o capital humano tem sido o principal responsável pelo desenvolvimento das organizações, sendo através de tarefas diárias, até o planejamento e execução dos trabalhos.

Pode-se afirmar que esse elemento desenvolve as principais atribuições mensuráveis para o sucesso ou fracasso da empresa. Dessa forma, percebe-se a importância de analisar a situação atual do mesmo e como as empresas têm reagido com a presença e a significância destes, dentro de seu ambiente.

De acordo com Chiavenato (2004, p. 9), a gestão participativa baseia-se em três aspetos fundamentais:

· As pessoas como seres humanos;
· As pessoas como ativadores inteligentes de recursos organizacionais;
· As pessoas como parceiras da organização.

É preciso ressaltar ainda que as necessidades dos colaboradores são o ponto de partida para que as organizações possam direcionar projetos que gerem mudanças para melhor atender as necessidades de todos, tendo em vista alcançar melhores resultados no competitivo mercado de trabalho. Além de recursos financeiros e tecnológicos, as empresas contam ainda com um grande diferencial para alcançar seus objetivos: o capital humano.

Segundo Friedman *et al* (2000, p 14), o capital humano passa pela percepção de que as pessoas não são ativos perecíveis que devem ser consumidos, mas ativos valiosos, que devem ser desenvolvidos e que viabilizam os negócios de uma organização.

Diante do exposto, percebe-se a importância do elemento humano dentro da gestão de pessoas e como o mesmo é indispensável no cenário de transformação no mercado atual. O líder nesse novo

cenário deixa de ser o chefe e passa a ser o gestor, agindo de forma democrática e descentralizada, delegando funções e repartindo responsabilidades para que todos se unam em torno do mesmo objetivo, uma vez que:

> a nova gestão consiste no planejamento, na organização, no desenvolvimento, na coordenação e no controle de técnicos capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal, ao mesmo tempo em que a organização representa o meio que permite às pessoas que com ela colaboram alcançar os objetivos individuais relacionados direta ou indiretamente com o trabalho (CHIAVENATO, 1999, p. 179).

O gestor é de extrema importância nesse contexto, pois o mesmo deve agir de maneira firme, porém sem autoritarismo, fazendo com que o ambiente de trabalho seja agradável e produtivo.

O gestor deve ainda ser o mediador das situações de conflitos, utilizando os mesmos de forma positiva para o crescimento do colaborador e de todo o grupo.

Liderar ou dirigir é ter o entendimento da cultura organizacional, do planejamento estratégico da instituição e alinhar sua equipe de acordo com as habilidades de cada um para atingir os resultados esperados.

Algumas ações que gestores e líderes democráticos devem adotar:

* Distribuir a liderança;
* Conciliar visão e estratégia;
* Guiar com valores compartilhados;
* Colaborar e unificar;
* Ter um enfoque mais amplo;
* Ter um enfoque de minha empresa;
* Definir táticas e definir o orçamento;
* Controlar o desempenho de indivíduos e atitudes;
* Tomar ação corretiva quando a conduta está fora do esperado;
* Tomar decisões consistentes com a estratégia geral da empresa;
* Interpretar a realidade emergente;
* Focalizar os recursos existentes de uma forma eficiente;
* Desenvolver e promover novas capacidades em resposta às mudanças;
* Facilitar criação, captação e disseminação de conhecimento.

É preciso, portanto, conciliar os objetivos da empresa com os dos colaboradores, tendo o cuidado para encontrar o ponto de equilíbrio entre os dois. O líder deve ter em mente que as pessoas fazem os processos. São elas que, por meio de seu trabalho, contribuem efetivamente para com a organização e com a equipe.

Os indivíduos durante toda a era das organizações eram vistos como recursos, "ferramentas" essenciais ao desenvolvimento do trabalho. Esses exerciam o papel de verdadeiras máquinas, e a eles eram dadas somente obrigações e atribuições. Os funcionários não tinham o direito de se expressar e muito menos de demonstrar seus pontos de vistas dentro das organizações.

Com a Revolução Industrial, as pessoas começaram a perceber a importância de sua voz e de suas forças dentro das instituições. O elemento humano passou a ser mais valorizado dentro do contexto industrial. As pessoas deixaram de ser somente recursos, sendo vistas principalmente como colaboradoras dentro do processo de criação.

> Embora se possam visualizar as pessoas como recursos, isto é, como portadoras de habilidades, capacidades, conhecimentos, competências, motivação de trabalho etc., nunca se deve esquecer que as pessoas são pessoas, isto é, portadoras de características de personalidade,

> expectativas, objetivos pessoais, histórias particulares etc. Convém, portanto, salientar algumas características genéricas das pessoas como pessoas, pois isto melhora a compreensão humana nas organizações (CHIAVENATO, 2004, p. 81).

Observa-se, portanto, que, nessa nova era industrial, as pessoas tenham papel de destaque. A satisfação e a qualidade das condições de trabalho têm criado forças e as empresas já conseguem reconhecer e valorizar o esforço de seus colaboradores, através de características essenciais, como assegura Chiavenato (2006):

> · Complexidade – Toda empresa possui suas normas, estruturas físicas, processos, hierarquia e procedimentos usados, diferenciando uma das outras; assim nenhuma destas organizações será completamente igual;
> · Tamanho – o tamanho da estrutura é proporcional, para cada finalidade, às empresas dependendo do mercado e cliente que deseja atender, além da necessidade de mão-de-obra contratada;
> · Ênfase nos fins – o reconhecimento é direcionado para as metas e operações, não o direcionando para quem as fez e sim por elas já estarem realizadas;
> · Grupos informais – existe informalidade dentro de empresa que se forma em grupos informais, de maneira a deixar para trás o meio hierárquico do funcionamento da empresa pela impessoalidade desejada.

Os colaboradores por sua vez estão reconquistando sua autoestima e têm apostado em si mesmos, buscando o seu crescimento pessoal e aprimoramento profissional. Vale ressaltar ainda que os desafios dessa nova gestão são muitos e o elemento humano é o protagonista desse cenário, uma vez que o mesmo é o responsável pela produção da organização.

Para que esses indivíduos se conscientizem de seu papel,

> O único caminho para os trabalhadores da sociedade do conhecimento manter suas habilidades e conhecimentos e atuarem efetivamente como capital humano é se comprometendo com um aprendizado contínuo e vitalício, o que afetará todos os trabalhadores, tanto como indivíduos quanto como empregados ou empregadores, numa sociedade em que as pessoas retornam à escola ou são treinadas para novas carreiras (CRAWFORD, 1994, p. 44).

O treinamento é uma ferramenta eficaz no intuito de qualificar os colaboradores para que as metas sejam alcançadas. É através do treinamento que os funcionários se sentirão prontos e capacitados para a realização dos trabalhos.

Outro fator relevante para a satisfação em conjunto é a valorização profissional através de lucros e benefícios, pois as pessoas que se sentem valorizadas e felizes com certeza darão retorno muitas vezes até maior do que se espera delas. Como afirma Gary Dessler (2003, p.136):

> Com a evolução do nosso ambiente empresarial, os funcionários já não são vistos como meras ferramentas de produção, mas como o ativo fundamental para a obtenção de vantagem competitiva. Assim, mantê-los é hoje em dia uma competência essencial.

Dessa forma, a valorização dos funcionários de forma justa e inovadora através de planejamento de remuneração, prêmios por desempenho e produtividade, bem como a nova prática da participação nos lucros, incentivo nos estudos e promoção por mérito, já são estratégias de peso no mercado empresarial e têm surtido muito efeito na era da globalização.

De acordo com Casado (2002), a motivação tem sido vista como uma saída para melhorar o desempenho profissional no que diz respeito tanto à produtividade quanto à saúde organizacional e à satisfação dos trabalhadores, pois,

> As pessoas constituem o mais valioso dos recursos da organização. O dilema da ARH é tratar as pessoas como pessoas (dotadas de características próprias, de personalidade, motivação, valores pessoais etc.) ou como recursos (dotadas de habilidades, capacidades e conhecimentos) [CHIAVENATO, 2006, p. 54].

O individuo nesse novo contexto é visto como uma pessoa e não como equipamentos e máquinas. Essa nova visão empresarial tem contribuido para um ambiente de trabalho mais humanizado e solidário, onde os gestores e empregadores exercem uma gestão horizontal, gerenciando de forma linear e dinâmica. O respeito à hierarquia existe e deve ser mantido, mas de forma moderna e eficaz.

A liderança é a base fundamental para a gestão de pessoas. Nos dias atuais muito se tem falado em transformações e mudanças nas estruturas das organizações, e o papel dos líderes tem sido um grande aliado nesse contexto.

Hoje não existe mais a forma de liderança autoritária e absoluta. As empresas cada vez mais têm buscado gestores com perfis modernos e inovadores. Estes devem saber valorizar a prática do feedback deixando de lado o estilo arcaico e conservador.

As organizações modernas e com visão de futuro têm cada vez mais mudado seu escopo e apostado no capital humano. Esse é o principal elemento dentro da instituição, uma vez que é através de sua postura que a empresa fará a diferença no mercado.

Chiavenato (2010, p.274) afirma que:

> Os processos de oferecer recompensas ocupam lugar de destaque entre os principais processos de gerir as pessoas dentro das organizações, [...] a recompensa é fundamental na conduta das pessoas em termos de retribuição, retroação ou reconhecimento do seu desempenho na organização.

Os gestores dos Recursos Humanos dessa forma devem então assumir o seu papel através de um gerenciamento dinâmico capaz de interagir com todos os segmentos da empresa, realizando atividades, palestras e dinâmicas direcionadas para a interação entre os colaboradores e demais segmentos das empresa, bem como o aperfeiçoamento e treinamento do pessoal, e políticas que visem à satisfação e consequentemente o sucesso da instituição. Como assegura Morgan (1996, p.56), é a motivação que governa escolhas entre comportamentos; é uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Geralmente é empregado como sinônimo de forças psicológicas, desejos, impulsos, necessidades, vontade, intenção etc.

Dessa forma, as pessoas devem se manter motivadas e interessadas no resultado final de seu trabalho, uma vez que a maneira como lidam com o mesmo irá determinar a sua autoanálise e consequentemente poderá lhes acarretar créditos positivos ou não dentro da empresa.

Segundo Maslow (1943) *apud* Maximiano (2010), os níveis ou estágios de motivação correspondem às necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização.

> · Necessidades fisiológicas – são as necessidades primárias do indivíduo, são instintivas e já nasceram com os indivíduos e estão situadas no nível mais baixo. São: necessidade de alimentação, de repouso e sono, abrigo, de atividade física, satisfação sexual, entre outras.
> · Necessidades de segurança – são as necessidades de proteção contra ameaças, de segurança íntima, de proteção contra doenças, desemprego, de participação, de autoconfiança e necessidade de afeição.

· Necessidades sociais – são as necessidades de amizade, afeto e interação social.

· Necessidades de estima – necessidades de estima tanto por parte do indivíduo como por parte dos outros.

· Necessidade de auto-realização – classificadas como as necessidades mais elevadas e originam-se da cultura e da educação da pessoa. É a necessidade que algumas pessoas têm de ser o seu melhor e de estar em contínuo autodesenvolvimento.

Ao analisar as necessidades descritas acima, percebe-se que o homem como ser social precisa, para a sua satisfação pessoal, ter a aceitação de si mesmo e dos outros em seu entorno para realizar feitos no seu cotidiano, tendo como principal meta o seu sucesso pessoal e também coletivo.

Considerações finais

Este artigo foi realizado visando a mostrar a atuação do gestor de pessoas no contexto das rotinas trabalhistas e como o mesmo tem sido foco de estudos atualmente.

Tendo em vista as transformações que estão ocorrendo no mundo moderno, o funcionário neste novo cenário empresarial deixa de ser somente o gerador de força bruta e passa a ser visto como o colaborador, elemento dotado de potencialidades que pode agregar a sua empresa outros valores além de força bruta.

Diante dessa nova visão, esse sujeito passa a ter voz e ser ouvido em seu ambiente de trabalho. É preciso ressaltar que essas mudanças tão significativas não ocorreram em curto prazo, pela dificuldade existente não só de transformar a cultura vigente, como também de conseguir implantar, lidar e administrar as forças que fazem parte desse universo de trabalho.

Torna-se necessário ainda focar os indivíduos, mudar conceitos culturais que fazem parte da organização e principalmente o perfil dos líderes, pois é através da liderança que os indivíduos reagem de maneira positiva ou otimizam novas oportunidades e consequentemente sucesso para a equipe.

Diante do exposto, quando se fala em implantar uma política de qualidade, fala-se principalmente em modificar o comportamento dos envolvidos no processo e modifica-se também a cultura da organização, o que vai gerar uma reeducação humana.

É nesse ponto em que se pode perceber a importância dos Recursos Humanos dentro da empresa, pois esse setor representa o elo entre funcionários e gestão intermediando conflitos e executando tarefas essenciais para o bom andamento da empresa.

O setor de RH precisa ainda estar a par do planejamento estratégico da organização e participar das decisões, sentindo-se como parte da equipe. A gestão participativa e democrática faz com que os membros do processo sintam necessidade de mostrar o seu potencial, inovando sempre, para assim agregar valores que se transformarão em benefícios para todos.

Nota-se a diferença entre empresas que oferecerem oportunidades de crescimento profissional e condições para que os seus colaboradores se atualizem no mercado. Elas querem se manter competitivas, não se limitando apenas em executar funções, mas principalmente em assimilar o conceito de transformação do funcionário (operário) em colaborador como elemento indispensável na construção da qualidade.

Referências

AQUINO, Cleber Pinheiro de. *Administração de recursos humanos*: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1980.

CASADO, T. A motivação e o trabalho. *In*: FLEURY, M. T. L. (Org.). *As Pessoas na Organização*. São Paulo: Gente, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas*. Rio de Janeiro, Campus: 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal*. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de recursos humanos:* fundamentos básicos. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de recursos humanos:* fundamentos básicos**.** 6 Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de Pessoas:* o novo papel dos recursos humanos nas organizações**.** 3 Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo. Atlas, 1994.

DESSLER, Gary. *Administração de recursos humanos*. 2 Ed. São Paulo: Prentice Hal, 2003.

DUTRA, Joel Souza. *Gestão de pessoas:* modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

FRIEDMAN, B. *et al*. Como atrair, gerenciar e reter capital humano – da promessa à realidade. Tradução Bazán. *In*:

JARDIM DE AZEVEDO, Flávio. *Tecnologia e Linguística*. São Paulo: Futura, 2000.

MORGAN, Garet. *Imagem da Organização.* São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, E. A. O departamento de pessoal e a rotina prática trabalhista. 2005. Disponível em: "<http://www.fiama.edu.br/revista/ 2005/Dados/minicursos>". Acesso em: 15 out. 2013.

SILVA, Reinaldo Oliveira da. *Teorias da Administração*. São Paulo: Pioneira, 2002.

The performance of people managers in the context of work routines

Abstract: This paper aims at analyzing the performance of people managers in the everyday life of companies and in work routines by highlighting the importance of the knowledge about Labor Law (or Employment Law) in the ambit of human resource departments and its applicability by managers and stakeholders. Taking into account the changes modern society has gone through, the aim of this study is to contribute to the understanding of enterprise policies that are focused on the valorization of stakeholders and on the success of companies. This paper also aims at better understanding the way people managers deal with labor laws, and how daily activities directly interfere in the lives of all involved in order to make them more productive and participatory in the organizations. People have come to be seen as stakeholders who can contribute productively to the organizations and, thus, have their rights guaranteed.

Keywords: Managers – Employment Laws – Human Resources – Administration

Freud, psicanálise e religião

Elismar Alves dos Santos – IFITEG
Doutor em Teologia – FAJE – BH
E-mail: elismar01@yahoo.com.br
Fone: (62)3218-5502

Data de recepção: 04/08/2014
Data de aprovação: 12/08/2014

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a temática da religião em Freud. A história recorda que, após alguns escritos de Freud, sobretudo, algumas experiências religiosas passaram a ser questionadas por ter sido a experiência religiosa comparada à neurose obsessiva compulsiva defendida pelo pai da psicanálise. É de conhecimento que o referido autor escreveu, explicitando que a vivência religiosa se equipara a um núcleo de infantilismo e alienação. Porém, fala-se de uma análise inovadora e incontestavelmente original de Freud a respeito da psicodinâmica das crenças e emoções religiosas como uma contribuição definitiva ao estudo da religião.

Palavras-chave: Freud – Psicanálise – Religião – Neurose

1. Este texto é uma versão do capítulo: "Freud, psicanálise e religião". "p.39-47"
2. Todas as citações bibliográficas que contém duas datas, a primeira é considerada a publicação original do autor.

Introdução

O psicanalista Vergote (2001) ensina que sempre, na história das religiões, existiram pessoas que procuravam a prática religiosa com o objetivo de restabelecer a cura diante de alguma enfermidade. O Xamã, por exemplo, representava esta figura responsável em conferir a cura. Já Ribeiro (2004) e Lopez (2001), ao explicarem a ligação entre religião e psicologia, ressaltam que o ser humano deve ser visto na condição de um ente que carrega dentro de si o instinto da divindade.

Para o psiquiatra Francisco Lotufo Neto (2003), a religião, enquanto fenômeno, tem proporcionado vários benefícios para as pessoas: ela é importante para o tratamento de dependência de álcool e drogas. A religião ajuda no controle social, desencorajando desvios, delinquência, comportamentos autodestrutivos e harmonia familiar. De acordo com o psiquiatra, a religião consegue despertar no indivíduo o desejo de perdoar a si mesmo e aos outros. "A variável religiosa, por sua enorme influência na vida das pessoas, precisa ser levada em consideração na compreensão dos problemas, no entendimento epistemológico do paciente, na formulação de suas histórias e narrativas" (LOTUFO NETO, 2003, p. 300).

Os estudiosos ensinam que após alguns escritos de Freud (1907/1996) sobre religião, algumas experiências religiosas passaram a ser questionadas por serem comparadas à neurose obsessiva compulsiva defendida pelo pai da psicanálise. O referido autor explicou que a vivência religiosa se equipara a um núcleo de infantilismo e alienação. Porém, é pertinente observar que as determinações das dimensões do universo psíquico inconsciente defendidas pela psicanálise explicam alguns comportamentos tanto da vida psíquica, dita "normal", como também da "patológica", à luz dos escritos de Freud sobre o significado da religião na vida humana. Para desenvolver o tema proposto, recorremos às principais obras de Freud que abordam o tema da religião: *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas*; *Totem e Tabu*; *O Mal-Estar na Civilização*; *Uma Experiência Religiosa*; *O Futuro de uma Ilusão* e *Moisés e o Monoteísmo*.

1. Psicanálise e religião

A psicanálise sistematizou um método de conhecimento sobre o comportamento mental humano que revolucionou o conceito de pessoa ao longo dos tempos. A psicanálise freudiana impôs limites à autonomia plena da consciência na vida do ser humano. Ao apresentar a teoria de que existe um sistema inconsciente, ela defende, portanto, um novo meio de se fazer ciência. Esse novo meio de se fazer ciência é o de se aprofundar no desconhecido, investigar coisas que todos pensavam ser algo banal ou natural e ver que na vida dos seres humanos existem fatores predominantes que marcam profundamente a pessoa, fazendo com que ela seja influenciada e, muitas vezes, conduzida por experiências marcantes e, às vezes, traumáticas que surgiram no decorrer de sua existência (SANTOS, 2012, p.18). Freud criou com a psicanálise um estudo profundo do psiquismo humano. A psicanálise é, antes tudo, um método terapêutico perpassado por bases racionais para tratamento dos problemas psíquicos. A teoria psicanalítica está estruturada em vários fatores que foram importantes na elaboração de sua teoria. O próprio Freud os enumera:

> Mais uma vez enumerei os fatores que contribuíram na constituição dessa teoria. São eles: ênfase na vida instintual (afetividade), na dinâmica mental, no fato de que mesmo os fenômenos mentais aparentemente mais obscuros e arbitrários possuem invariavelmente um significado e uma causação, a teoria do conflito psíquico e da natureza patogênica do recalque, a visão de que os sintomas constituem satisfação substituta, o reconhecimento da importância etiológica da vida sexual, e especificamente, dos primórdios da sexualidade infantil (FREUD, 1996, p. 246).

Os fatores descritos como peças fundamentais para a sustentação da teoria psicanalítica revelam que o ser humano é um ser de desejo em que o conteúdo mental e o fator sexual exercem

influência predominante em sua vida (FREUD, 1910/2010, p. 24-104). A psicanálise, de início, pode ser vista como um método de investigação e de tratamento de certas doenças, como a histeria, mas ela não ficou somente nesse ponto. As discussões feitas pelo pai da psicanálise, no âmbito da religião, sobre o impacto dessa variável na vida do ser humano ilustram essa afirmação. Os escritos de Freud despertaram no terreno da teologia, e de modo particular, para a teologia moral, diversas interrogações, não feitas diretamente por Freud, mas a partir dos impactos de suas descobertas acerca do funcionamento do aparelho psíquico:

> [...] em geral, moralistas e teólogos não se sentiram muito dispostos a acolher o problema da 'falsa consciência'. Questões que devemos esclarecer, não postas por Freud, mas sim pelas descobertas feitas por ele e pelo que a psicanálise supõe como método de investigação dos processos inconscientes. (MORANO, 2003, p. 29).

No campo da psicanálise e da religião, Sigmund Freud se destaca por meio de seus escritos sobre religião. Demandas da clínica, segundo Schuler (2003), levaram Freud a refletir sobre a religião.

2. Atos obsessivos e práticas religiosas

Em *Atos obsessivos e práticas religiosas,* Freud (1907/1996) diz que há uma semelhança entre os atos obsessivos e a prática devocional. Essa semelhança está no fato de não existir distinção entre as pessoas que praticam atos obsessivos ou cerimoniais: "um ato de defesa ou de segurança, uma medida protetora" (FREUD, 1907/1996, p. 114). Uma vez mais, ele percebe "a neurose como uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal" (FREUD, 1907/1996, p. 116).

Todos esses comportamentos fazem parte de uma mesma classe, na qual se enquadram "pensamentos obsessivos; ideias obsessivas e impulsos obsessivos" (FREUD, 1907/1996, p. 109). A pessoa neurótica, para ele, é incapaz de renunciar a esta classe de comportamentos. Em outras palavras, o indivíduo não consegue se afastar deste ritual e, quando o faz, é incomodado pela ansiedade. Os atos obsessivos têm sua origem nos comportamentos cerimoniais. É daí que resultam os comportamentos obsessivos. No que tange à relação entre atos obsessivos e prática religiosa, Freud assegura que a semelhança se encontra nos escrúpulos conscientes da consciência (SANTOS, 2012, p. 26). Ou ainda, nas proibições e nas minúcias em que são executados os comportamentos. "A neurose, particularmente a neurose obsessiva, apresenta-se aos olhos de Freud como uma caricatura da religião; esta, por sua vez, como uma neurose coletiva, de acordo com o que ficou estabelecido na conhecida formulação de 1907" (MORANO, 2003, p. 43-44). Significa que a neurose obsessiva pode ser comparada a uma religião particular: a "neurose como uma religiosidade individual e a religião como uma neurose obsessiva universal" (FREUD, 1907/1996).

3. Totem e Tabu

Já em *Totem e Tabu* (1913/1996), Freud sublinha que o totemismo é a expressão compulsiva e inconsciente do indivíduo. O totemismo foi definido por ele como uma instituição social e religiosa que existiu há muitos anos, mas que hoje foi substituída por formas mais novas e camufladas. São os atuais sistemas religiosos. O totemismo é, segundo o pai da psicanálise, um sistema que ocupa o lugar da religião, sobretudo em duas proibições: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do mesmo clã. O totemismo nessa ótica leva, portanto, à criação do tabu. O totemismo foi organizado como um sistema primitivo, tanto na perspectiva da religião, como da sociedade. Como sistema de religião, deixa transparecer que precisa existir a união mística do selvagem com o seu totem.

E, na condição de sistema de sociedade, compreende as relações que os homens e as mulheres do mesmo totem mantêm uns com os outros e com os membros de outros grupos totêmicos. "O totemismo, assim, constitui tanto uma religião como um sistema social. Em seu aspecto religioso, consiste nas relações de respeito e proteção mútua entre um homem e o seu totem. No aspecto social, consiste nas relações dos integrantes do clã uns com os outros e com os homens de outros clãs" (FREUD,

1913/1996, p. 112). Para Freud, a origem dos padrões sociais e morais, como também da religião, têm sua gênese nesse período totêmico. Uma vez que o animal passa a ser protegido por uma lei do clã, ninguém, portanto, poderá transgredir esta lei, pois todo totem é a expressão viva de uma reencarnação. Por isso, a proibição se estende também para a não prática de relações sexuais entre membros do mesmo clã. Tornou-se, portanto, tabu a lei que protege o animal totêmico. A segunda lei corrobora uma norma que efetiva a proibição do incesto.

4. O mal-estar na civilização

Em *O mal-estar na civilização,* Freud (1927/1996) enfatiza que a diferença entre a religião e a neurose obsessiva consiste, pois, em observar que a neurose é uma vivência individual, ao contrário da religião, que é uma prática universal. "A vida, tal como a encontramos, é árdua demais para nós, proporciona-nos muitos sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis" (FREUD, 1927/1996, p. 83). Em seu dizer, a solução para esse sofrimento para muitas pessoas está na religião. Diante do contexto de desemparo, o indivíduo procura a "solução" para todo este sofrimento. E a forma de resolver esse dilema do sofrimento encontra-se, em suas explicações, na religião. Esta, por sua vez, confere esperança para as pessoas onde há tristeza. A religião é a responsável em apresentar soluções que nenhuma outra esfera da sociedade seria capaz de oferecer. Portanto, a maneira para o indivíduo se livrar do sofrimento e alcançar a felicidade está na vivência da religião, ressalta Freud. A religião é, para ele, nesta obra, uma vivência que encontra relação com a figura do pai. Esta relação será mais bem explicada logo abaixo.

5. Uma experiência religiosa

Freud (1927/1996) publicou outro artigo, intitulado *Uma experiência religiosa*, em que responde a uma carta de um médico, quando este lhe explicava seu processo de conversão. O médico, por sua vez, ficou preocupado com uma entrevista concedida por Freud quando perguntado acerca da realidade após a morte, cuja resposta foi: "não penso no assunto" (FREUD, 1927/1996, p. 175). O médico enviou-lhe uma carta, na qual relatava como se deu seu processo de conversão, dizendo que antes deste processo ter ocorrido em sua vida, ele apresentava dificuldades para crer em Deus e, pensava também que a doutrina do cristianismo já havia sido objeto de dúvidas para ele. A carta enviada a Freud (1927-1931/1996, p.175) dizia:

> Certa tarde, ao atravessar a sala de dissecação, minha atenção foi atraída por uma velhinha de rosto suave que estava sendo conduzida para uma mesa de dessecação. Essa mulher de rosto suave me causou tal impressão que um pensamento atravessou minha mente. 'Não existe Deus; se existisse, não permitiria que essa pobre velhinha fosse levada a sala de dessecação'.

Freud (1927/1996, p. 177) responde dizendo que "a visão de um cadáver de mulher, nu ou a ponto de ser despido, recordou ao jovem sua mãe". Em seu dizer, este ato despertou nele um desejo pela mãe em decorrência do complexo de Édipo. Freud associa esse episódio de Deus com a figura do pai do médico, enfatizando que essas duas ideias "pai" e "Deus" não haviam ainda se separados de sua vida. Compara o episódio a uma psicose alucinatória: "escutaram-se vozes interiores que anunciaram advertências contra a resistência a Deus" (FREUD, 1927/1996, p. 177). Portanto, Freud (1927/1996, p. 177) vê com dúvidas esse processo de conversão ao ressaltar que esse fato "se ligou a um evento determinado e específico".

6. O futuro de uma ilusão

Na obra *O futuro de uma ilusão,* Freud (1931/1996) explica que a religião faz parte das experiências infantis. A criança forma em sua consciência uma imagem perfeita e angelical dos pais. Com o passar do tempo essa imagem muda. É preciso, portanto, encontrar outro substituto para o pai biológico e esse substituto é Deus. Os pais são seres perfeitos que jamais erram e, além do mais, têm como

tarefa crucial estabelecer proteção aos filhos, sobretudo o pai. Ao mesmo tempo em que os pais concedem segurança, os mesmos também podem punir. Diante do medo e da insegurança, os filhos sentem-se seguros, pois estão sob a proteção dos pais (SANTOS, 2012, p. 23). Com o passar do tempo, essa figura do pai vai deixando de existir na vida das crianças e elas passam a perceber que os pais são seres fracos, assim como elas.

O sentimento acerca dessa proteção deixa de existir. É preciso, portanto, assegura Freud, projetar algo equivalente à figura do pai. Esse ser equivalente que, por sua vez é um ser celeste, é tudo o que os pais não são. A maneira como esse Pai celeste age varia: ora pune, ora perdoa. É diante desse processo que ocorre ao longo da vida das pessoas, que Freud vê a religião como ilusão. "Avaliar o valor de verdade das doutrinas religiosas não se acha no escopo da presente investigação. Basta-nos que as tenhamos reconhecidas como sendo, em sua natureza psicológica, ilusão" (FREUD, 1931/1996, p. 41). Deus como ilusão significa alguma coisa verdadeira; o que nem sempre é verdade, mas é melhor acreditar que o seja. Porém, cultivar um sentimento de ilusão, não é um erro, lembra Slavutzky (2003), porque imaginar é preciso. "Mas quais foram os questionamentos propostos por Freud ao crente a respeito das relações deste com Deus? O Deus com o qual o homem se relaciona na oração seria, em primeiro lugar, um Deus construído sobre o terreno do ilusório" (MORANO, 1998, p. 17-18).

7 Moisés e o Monoteísmo

Em *Moisés e o Monoteísmo,* Freud (1939/1996) procura responder a uma pergunta intrigante: quem são os judeus? Levado por esta pergunta faz um estudo sobre a origem desse povo, a qual é também a sua. Trata-se também do fato de procurar conhecer a origem e educação semita, da qual ele próprio faz parte. Levanta algumas hipóteses sobre a origem de Moisés, no sentido de dizer que Moisés transmite para esse povo a ideia de aliança com Deus. Desse sentimento de pertença, nasce uma concepção ética e religiosa forte no meio desse povo, isto é, os judeus. Enfatiza que Moisés não era um judeu, mas um aristocrata que a lenda se encarregou de fazer judeu. Em seu dizer, Moisés era um simples egípcio que se serviu da religião egípcia, a qual estava fadada a se extinguir, sobretudo, com o declínio do faraó Amenhateo IV. Defende que Moisés vê nessa religião uma nova possibilidade de transmitir para esse povo a imagem de um novo deus.

De politeísta passa a ser monoteísta. Para Freud (1939/1996), Moisés introduz na cultura desse povo, organizado por ele, um costume que era antigo no Egito: a circuncisão. Assim, Moisés transmite a ideia de aliança com Deus. Desse sentimento de pertença, nasce uma concepção ética e religiosa muito forte, como de fato, a raça escolhida, ou eleita. A circuncisão, para o pai da psicanálise, foi adotada por Moisés para mostrar que "era preciso submeter-se à vontade do pai, mesmo que esta lhe impusesse o mais penoso sacrifício" (FREUD, 1939/1996, p. 136). Lembra que se Moisés tivesse retirado a dimensão mística de seu projeto ficaria puramente seu lado humano, ao passo que isso não seria suficiente para conquistar a confiança de um povo.

> Freud permaneceu ateu até o último momento de sua vida. Era, contudo, um ateu que precisava explicar a religião, deslindar seu poder emocional sobre a humanidade e compreender uma batalha com o grande líder de seu povo, Moisés, o homem de Deus. Fez isso criando, para sua satisfação, uma ampla explicação psicodinâmica para a crença humana em Deus. (RIZZUTO, 2001, p. 153).

8 Críticas e contribuições de Freud à psicologia da religião

Como ficou demonstrado, Freud (1907/1996) defende, em suas considerações acerca do papel da religião na existência humana, que, por exemplo, essa variável apresenta correlação com a neurose obsessiva. Os rituais, a seu ver, demonstram que as práticas religiosas podem ser comparadas aos comportamentos de indivíduos neuróticos. Percebe-se, portanto, o quanto os escritos de Freud na área

da religião são polêmicos. Suas críticas se voltam para os aspectos sociais da religião ou da experiência religiosa. Uma crítica que se pode fazer ao pai da psicanálise consiste em observar que em seus escritos dessa natureza não há interesse pelo aspecto espiritual da religião ou da religiosidade. Uma vez que defende a existência do *homo natura*, logicamente não haverá espaço para o debate espiritual e teológico em sua produção literária. Aliás, o escopo de seus escritos não se propõe a travar esse tipo de debate (SANTOS, 2012, p. 34).

Para Davi (2003), uma das críticas mais fortes da psicanálise em relação à religião está no fato de atribuir ao indivíduo uma vivência pautada no desemparo quando criança. Essa experiência prolonga-se na vida adulta, em relação a Deus. Assim, a ânsia do indivíduo por Deus está associada à figura do pai, ou melhor, à necessidade de pai. De acordo com Freud, como evidenciado em seus escritos, a religião torna-se, portanto, uma ilusão perigosa. Devido à maneira como age na existência das pessoas, pois as leva a não dar crédito à ciência, ou até mesmo substituir a ciência pela religião.

Portanto, em seus escritos, Freud apresenta uma visão negativa acerca da religião. Esta, para ele, é um sistema que tolhe o indivíduo, sobretudo no âmbito da moral. Creio que uma das contribuições do criador da psicanálise no âmbito da religião consiste em alertar acerca dos perigos quanto à vivência fanática da religião. A história mostra que, nos países em que predomina o poder religioso sobre o civil, impera o fanatismo religioso. Este, por sua vez, desfavorece o crescimento das pessoas, pois todas as demais possibilidades emergem como ameaça ao poder religioso. Porém, o pai da psicanálise nem sempre concebeu a vivência da religião a partir da perspectiva negativa.

> Freud também anunciou a conclusão de sua educação secundária com referência a Deus e à benigna Providência. Ele escreveu a Silberstein: 'Tomo a liberdade de informá-lo, por meio desta carta, que com o auxílio de Deus, passei em meu exame ontem, dia 9 de julho de 1873, e que me foi concedido um certificado de matrícula com distinção'. (RIZZUTO, 2001, p. 150).

Por isso, particularmente, tenho dificuldades na compreensão do ateísmo de Freud, pois:

> A última referência conhecida de Freud a assuntos religiosos ocorreu no dia 22 de agosto de 1938, um mês antes de sua morte, quando, sob o título 'Descobertas, ideias, problemas', ele escreveu o que parece ser seu comentário final sobre religião: 'O misticismo é a autopercepção obscura da região exterior ao ego, do id'. (RIZZUTO, 2001, p. 155, 1941[1938], p. 300).

Considerações finais

Freud elaborou um número considerável de escritos na área da religião. Porém, sua proposta consistiu em defender a existência do *homo natura*. Trata-se, portanto, do homem sem necessidade de vivência da religião. Nesse contexto, os postulados de sua psicanálise defendem o nexo entre religião e neurose obsessiva compulsiva na estrutura de personalidade do ser humano. A religiosidade seria uma repetição do que o indivíduo em seu estado neurótico compulsivo geralmente realiza. É preciso acolher essas observações do pai da psicanálise não totalmente pelo viés negativo. Algumas práticas religiosas nem sempre favorecem o crescimento do ser humano. O que dizer, por exemplo, de práticas que, na verdade, reforçam a ideia de escrúpulo na vida das pessoas? Ou ainda, aqueles que procuram a vivência da religião com o intuito de se esquivar dos reais problemas da existência?

> A religião, inextricavelmente unida em seu nascimento aos sentimentos de culpabilidade, constitui o lugar onde ela pode nos armar as piores trapaças. A fé cristã pode também se converter em sua cúmplice e se aliar a seus elementos mais patogênicos. Desse modo, encerrada nos atoleiros do inconsciente, a fé pode converter-se num verdugo a serviço das

> pulsões de morte, traindo assim o que há de mais profundo em sua mensagem de liberdade. (MORANO, 2003, p.167).

Sobre essas interrogações e tantas outras que poderíamos formular, acreditamos que a reflexão de Freud sobe esse tema apresenta uma contribuição valiosa: se uma experiência religiosa escraviza o indivíduo, a mesma precisa ser revista, por se equiparar a uma vivência e prática neurótica. Em relação às contribuições do pensamento de Freud ao estudo da religião, encerramos por aqui, com a seguinte reflexão:

> A análise inovadora e surpreendentemente original de Freud a respeito da psicodinâmica das crenças e emoções religiosas é uma contribuição definitiva ao estudo da religião. Ligando as representações de Deus à figura paterna e os sentimentos religiosos a experiência e ao vínculo com o pai, Freud afirmou que o processo de desenvolvimento condiciona a crença religiosa. (RIZZUTO, 2001, p. 223).

Referências

DAVI, S.N. *Freud e a Religião*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. *In*: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1927), 1996, vol. XXI p. 73-143.

FRUED, S. O Futuro de uma Ilusão. *In*: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1931), 1996, vol. XXI p. 15-63.

FREUD, S. Moisés e o Monoteísmo. *In*: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1939), 1996, vol. XXIII p. 15-150.

FREUD. S. Atos Obsessivos e práticas religiosas. *In*: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1907), 1996, vol. IX p. 107-117.

FREUD, S. Uma experiência religiosa. *In*: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1927), 1996, vol.XXI, p. 175-177.

FREUD, S. Totem e Tabu e outros trabalhos. *In*: *Edições Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago (Publicado originalmente em 1913), 1996, vol. XIII p. 21-163.

FREUD, S. Uma breve descrição da psicanálise. *In*: *Edições Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago 1996, vol. XIX.

FREUD, S. *Psychologie de la vie amoureuse*. Paris: Payot & Rivages (Publicado originalmente em 1910), 2010.

LOPEZ, M. A. Caminhos, pressupostos e diálogo: Comentários a "Esboço da Teoria do Desenvolvimento Religioso" de Amatuzzi. *In*: PAIVA, G.J. (Org.) *Entre Necessidade e Desejo*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 59-67.

MORANO, C.D. *Orar Depois de Freud*. São Paulo: Loyola, 1998.

MORANO, C.D. *Crer depois de Freud*. São Paulo: Loyola, 2003.

LOTUFO NETO, Francisco. Religião, Psicoterapia e Saúde Mental. *In*: ABREU, C. N. (Org.). *Psicoterapias Cognitivas e Construtivistas:* Novas Fronteiras da Prática clínica. São Paulo: Artmed, 2003.

RIBEIRO, J.P. Religião e Psicologia. *In*: HOLANDA, A. (Org.). *Psicologia, Religiosidade e fenomenologia*. São Paulo: Átomo, 2004, p. 11-36.
"RIZZUTO, A.M. *Por que Freud rejeitou Deus?* Uma interpretação psicodinâmica. São Paulo: Loyola, 2001".

"SANTOS, E.A. *Psicologia da Religião:* Direção espiritual e realização humana. Goiânia: Scala, 2012".

"SCLULER, D. O futuro de um diálogo. *In*: WONDRACER, K.H.K. (Org). *O Futuro e a Ilusão:* um embate com Freud sobre Psicanálise e Religião. Petrópolis: Vozes, 2003".

"SLAVUZKY, A. A Ilusão tem futuro. *In*: WONDRACEK, K.H.K (Org.). *O Futuro e a Ilusão:* Um embate com Freud sobre Psicanálise e Religião (p. 111-118). Petrópolis: Vozes, 2003, p. 111-118".

"VERGOTE, A. Necessidade e desejo da religião não ótica da Psicologia. *In*: PAIVA, G.J. (Org.). *Entre Necessidade e Desejo-Diálogo da Psicologia com a religião*. São Paulo: Loyola, 2001, p. 9-25".

Freud, psychoanalysis and religion

Abstract: This paper aims at investigating the issue of religion, according to Freud's view. After Freud, history has recalled that a few religious experiences have started to be questioned due to the fact that religious experience has come to be compared with obsessive-compulsive neurosis, as defended by the father of psychoanalysis. It is known that the author wrote that religious experience can be compared with a core of infantilism and alienation. However, it is said that there is an innovative, unquestionably original analysis in Freud's view about belief's psychodynamic and religious emotions as a definite contribution to the study of religion.

Keywords: Freud – Psychoanalysis – Religion – Neurosis

Bullying e ambiente escolar: a necessária educação do afeto e das afetações

Neura Cézar *– UFRGS*
Drª em Psicologia Social e Institucional – UFRGS – POA/RS e UPF – Barcelona – Es
E-mail: neurafma@yahoo.com.br
Fone: (51)99977-5366

Marivone Mai *– UFRGS*
Esp. em Orientação Educacional (UCB-DF)
E-mail: maimarivone661@gmail.com
Fone: (51)99114-5740

Data de recepção: 07/05/2015
Data de aprovação: 14/08/2015

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o *bullying* sob a ótica dos sentimentos. O artigo traz os achados de uma investigação mais ampla levada a efeito e concluída em 2010, na Universidade Federal do Mato Grosso, intitulada "*Bullying*: preconceito, estigmas e desafios da educação para a paz", realizada com atores escolares – estudantes, professores, gestores, funcionários e famílias – sobre sua percepção das consequências do fenômeno *bullying* na escola. É discutida neste artigo especificamente a importância da educação dos sentimentos na construção de uma escola mais humana. Demonstram, num primeiro momento, as definições de *bullying*, os personagens envolvidos e como eles se apresentam no cotidiano escolar, bem como as suas causas e consequências. Num segundo momento, apontam-se algumas alternativas de intervenção envolvendo toda a comunidade educativa, para que crianças e jovens, que sofrem ou causam o *bullying*, possam orquestrar e superar o problema, ou seja, reger seus sentimentos e emoções na relação que estabelecem com o outro. O artigo se inspira na metáfora da orquestra, pensando a escola como uma grande orquestra e a comunidade educativa com o papel de regentes da vida dos seus integrantes.

Palavras-Chave: *Bullying* – Violência – Afeto – Sentimentos – Escola

1. Este texto é uma versão do capítulo: "Bullying e ambiente escolar: a necessária educação do afeto e das afetações". "p.49-59"

Introdução

Com frequência os noticiários veiculam graves cenas de violência ocorridas no cotidiano escolar, envolvendo crianças e jovens, tais cenas têm nos deixado atônitos. Esses episódios apontam para a urgência de uma reflexão mais profunda sobre a natureza humana bem como para a necessidade de se pensar em propostas que contribuam nas mudanças das relações de violência explícita, as quais têm afetado particularmente nossas crianças e jovens. Nesse cenário, um fenômeno antigo, com roupagem nova dentre as manifestações de violência física e moral, tem crescido muito. Essa forma de violência, que ocorre muitas vezes de maneira sutil e/ou implícita, refere-se a um problema entre as relações interpessoais, cujas intenções e causas podem ser de ordem intrapessoal.

Nesse sentido, caracterizemos *bullying* como uma forma de violência. Embora tenha estado sempre presente no contexto escolar, somente agora ele vem despertando o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento científico. Esse interesse recente deve-se ao fato dessa prática ser disseminada em todas as sociedades do mundo, o que o torna um fenômeno global. Por essa razão, ele necessita ser tratado em sua especificidade e amplitude. É um termo atual que requer ser olhado com prioridade para que não seja naturalizado ou se torne apenas mais um modismo. Assim, tratar de *bullying* é escancarar um fenômeno que muitas vezes se oculta no silêncio temeroso e submisso das vítimas e se manifesta nas fissuras do domínio arguto do agressor.

Na maioria das escolas, lamentavelmente, não se considera os casos de *bullying* na sua dimensão psicológica ou de sua particularidade, mas sim, como indisciplina, incivilidade, como atos que ferem as normas escolares e as regras de boa convivência. Pensamos ser importante considerar a origem desse fenômeno sob a perspectiva pessoal, o qual pode emergir na e da pessoa, contudo, que assume uma dimensão pública quando entra em jogo a humilhação, o desdém, a exposição e o menosprezo com o outro de forma repetida, diferenciando-se enormemente da indisciplina e incivilidade, que são questões particulares entre as crianças e necessitam serem pensadas por outro viés.

A orquestração do *bullying* no cotidiano escolar requer o envolvimento de toda a comunidade educativa. As sugestões de intervenção que serão mencionadas posteriormente referem-se à ação deste todo, compartes que têm a responsabilidade pela qualidade das relações que aí se estabelecem. Essas intervenções conjuntas poderão favorecer uma evolução dessas crianças e adolescentes, levando-os a serem melhores para si mesmos. Além disso, poderá favorecer no reconhecimento de quem são e quais são suas possibilidades. Assim, faremos uma intervenção não apenas em sua vida escolar, mas também em sua vida pessoal, favorecendo o autoconhecimento, o controle emocional e a evolução pessoal.

1. O que é *Bullying*?

É uma prática de violência? Ou é um conflito? Muitos autores o consideram como conflito (TOGNETTA, 2008; FANTE, 2005). A definição de *bullying* adotada por alguns autores (OLWEUS, 1998; COSTANTINI, 2004) diz que é um termo em inglês que compreende todas as formas de atos agressivos entre alunos. No Brasil, por falta de uma definição específica caracteriza-se como intimidação, maus tratos entre pares. Fante (2005, p. 27) o define como o "desejo consciente e deliberado de maltratar outra pessoa e colocá-la sob tensão", entre outras acepções do termo encontradas na literatura nacional e internacional.

Assim, o *bullying* apresenta as seguintes peculiaridades: ações agressivas intencionais e repetidas, praticadas por um ou mais estudantes contra outro ou outros. Seu caráter é intencional, sendo esta a característica principal que o diferencia de outros acontecimentos cotidianos que acontecem de vez em quando, tais como chamar a uma amiga de 'magricela' ou apelidar a outra colega de 'negrinha'. Essas brincadeiras cotidianas ou verbalizações comuns entre as crianças e jovens são diferentes. Os atos de *bullying* são pensados, calculados e praticados repetidas vezes com uma mesma pessoa, indo além do tom de brincadeiras.

A caracterização como *bullying* contempla a repetição dos atos agressivos. Para tanto, Olweus (1998) distingue como ação *bullying* quando se repete no mínimo de três a cinco vezes com a mesma pessoa. Já outros autores determinam quatro tipos de agressão ou mais para a caracterização. No entanto, uma única agressão pode afetar a autoestima e deixar marcas profundas na vida de uma criança, impedindo-a de ir à escola, segundo uma pesquisa sobre *bullying* (CÉZAR, 2010). Dessa forma, o ponto alto desses atos se trata de acusações, agressões intencionais e repetidas tendo sempre uma vítima como foco.

O *bullying* é um fenômeno tão antigo quanto a escola. Se recorrermos à memória de infância e adolescência, muitos de nós podemos ter sido vítima de *bullying* ou até mesmo agressores. No entanto, os estudos sobre essa temática são relativamente novos no âmbito da educação e também da Psicologia. Hoje, a Psicologia tem se dedicado a entender as causas desse tipo de violência específica que acontece entre pares, entre iguais.

Os atos de *bullying* referem-se aos danos físicos, morais e materiais sofridos por uma pessoa ou por um grupo, assinalados como "insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, agressões individuais ou em grupos que hostilizam e infernizam" (FANTE, 2005, p. 29). Além disso, roubar pertences do outro, ameaças que ocorrem nos recreios ou na saída da escola, sendo as mais comuns: "Se você quiser entrar no meu grupo tem que pagar o lanche"? ou "Hoje, você vai apanhar na saída!."

No cenário do *bullying,* os papéis se dividem, tradicionalmente, entre o agressor e a vítima, vítima/agressor e expectadores. Estes últimos podem também ter sua autoestima afetada negativamente. Quem são os agressores e o que eles têm em comum?

Eles são comumente sarcásticos, zombadores, fisicamente bem dotados, líderes do grupo, com postura prepotente e buscam todas as formas dominar a vontade do outro. Pela astúcia, identificam as principais dificuldades físicas ou afetivas que suas vítimas sofrem, tornando seus algozes. Em geral, impõem sua autoridade, seja através do medo, pelas ameaças morais ou força física. São hábeis e astuciosos no planejamento das numerosas possibilidades para cumprir seus planos e para atacar vítimas indefesas (TOGNETTA, 2009).

Para Fante (2005), os agressores podem ser identificados pela observação das seguintes características e sinais: apresentam ar de superioridade, muitas vezes são astuciosos e regressam da escola com roupas sujas, amarrotadas. Apresentam atitude hostil e desafiante com os pais, e com os irmãos, e podem chegar a atemorizar-lhes com força física. Portam objetos e dinheiro que não são justificados. Se questionados, "de quem é esse boné?" e/ou "onde você conseguiu esse dinheiro?" Respondem: "ganhei do meu amigo". Exteriorizam ou tentam exteriorizar sua autoridade sobre alguém. Não admitem perdas ou erros, têm a verdade, estão sempre certos e são sempre superiores.

Quem é a vítima? Normalmente, as vítimas são descritas pelos autores como tímidas, sensíveis, caladas, ansiosas, introvertidas, inseguras de sua autoimagem e de seus gostos, com menos força e poder de persuasão e sedução que o agressor. Apresentam o físico mais frágil, sendo consideradas mais apática. Segundo Fante (2005), as diferenças de cultura, raça, religião, peso e estatura também, muitas vezes, podem ser aproveitadas pelos agressores como sinais potentes para desafiá-las e atacá-las. Têm medo de revidar, não denunciam, não contra-atacam, por vergonha ou por temer represálias ou por insegurança.

A vítima é eleita pelo agressor da seguinte forma: Ele astuciosamente dá ênfase exatamente aos atributos que fazem a pessoa se sentir constrangida e humilhada (TOGNETTA, 2009). Por exemplo, aquela menina a quem chama de "magricela" e/ou "esqueleto", é assim apelidada por ser muito magra; aquele menino que foi apelidado de "mole", de "tartaruga", é porque ele não conseguia copiar rápido e ficava atrasado; outros de "tampinha", por ter baixa estatura; de "negão", por serem de raça negra; de "sorriso maroto", por ter falhas nos dentes; de "narigudo", de "horroroso" (CÉZAR, 2010, p. 174). A lista é interminável. Tais atitudes não se justificam e têm como base a intencionalidade e a repetição dos atos

agressivos.

Em relação à faixa etária para se tornar agressor, segundo a pesquisa da ABRAPIA (2004), a prática de *bullying* pode ocorrer a partir dos três anos de idade. Tognetta (2009) esclarece com base em estudos de Psicologia que mais ou menos aos dois anos de idade há uma primeira tomada de consciência de "quem sou eu", separados de outros Indivíduos, como a mãe. Assim, de acordo com os autores, há de fato a possibilidade de com apenas três anos de idade, uma criança ser vítima de *bullying* ou de ser agressor.

Exemplificando, citamos a investigação já mencionada sobre *bullying* no ambiente escolar (CÉZAR, 2010, p. 130), em que foi identificado que uma criança com três anos já era acompanhada pelo conselho escolar, psicólogos e assistentes sociais da escola por cometer atos de *bullying*, com verbalizações do tipo "*Eu bato mesmo, não tenho dó*" (J, 03 anos, Escola) confirmado pela fala de sua professora: "*J. já feriu a boca de um coleguinha com uma barra de ferro*" (L, 32 anos, Escola). A questão consiste em observar, que nesses casos específicos de atos *bullying,* envolvendo crianças de até oito ou nove anos, os atos são muito mais físicos e o agressor não mede as consequências dos próprios atos, por não possuir maturidade. Já entre adolescentes, como o pensamento é mais formal, pode ser que as agressões ocorram tanto pela violência verbal quanto física. Vale lembrar que essas condutas se tornarão mais frequentes quando estiverem na escola, em que as relações entre pares são mais intensas e cotidianas.

Os sinais mais comuns que indicam que uma criança ou adolescente está sendo vítima de *bullying* são: dores de cabeça frequentes, pouco apetite, dores no estômago, enjoos, vômitos, febres, tonturas, sempre próximos aos horários de ir para a escola (FANTE, 2005). Guareschi (2008) explica que esses meninos e meninas podem parecer angustiados, temerosos, ansiosos, inseguros, deprimidos e infelizes, demonstrando falta de vontade criando desculpas para não irem à escola. Como consequência, em geral, têm baixo conceito de si, poucos amigos, baixo rendimento escolar, trocam de escola com frequência, mudam o trajeto escolar com medo de sofrer represálias dos seus agressores. Costumam pedir dinheiro extra à família ou furtam para se verem livres de seus atacantes. Apresentam roupas rasgadas, machucados no corpo e seus materiais escolares são constantemente danificados. Sofrem alterações frequentes no humor e explosões de irritação. Sem contar, que esse quadro pode trazer consequências mais graves, como depressão, neurose, histeria, dificuldade de fazer escolhas. Adotam o papel de vítima quando adultas, nos relacionamentos interpessoais (COSTANTINI 2004).

Assim, Fante (2005) e Tognetta (2009) ressaltam que a violência dessas situações cotidianas torna-se uma carga pesada demais para as crianças e adolescentes envolvidos. O grande perigo é que no auge de sua angústia utilizem como única válvula de escape a tentativa de homicídio ou cometer suicídio: "*Com essa faquinha eu pretendia cortar o meu pulso longe de casa, porque eu estou enjoado da minha vida, sabe* […] *pensei várias vezes: hoje eu me mato.*" E ainda diz: "*Quando eu completar dezessete anos, eu quero matar todos que mexeram comigo, eu vou matar um por um*" […] (P, 9 anos, 3º ano), [CÉZAR, 2010, p. 174]. Assim, a violência incita à violência. Matar ou matar-se é o caminho para se libertarem do intenso sofrimento. "*Quero matar essa dor que está aqui dentro de mim*" (*Idem*). Não seria exagero nenhum afirmar que o *bullying* corrói a autoestima e destr

ói o desejo de viver que é próprio do ser humano. A vida dessas crianças já não tem grande importância.

Compreendido o que é o *bullying*, faz-se necessário compreender quais são as suas causas e consequências. Para essa finalidade, recorre-se a algumas discussões de autores do âmbito da psicologia, educação, comunicação, biologia e neurociência, trazendo elementos reflexivos sobre a importância da educação dos sentimentos para orquestrar essa prática cruel.

2. Causas e consequências do fenômeno

Quais são as razões que movem a pessoa, no caso do *bullying*, a agir com agressividade na relação com o outro e/ou aceitar a condição de vítima? Essa é talvez a indagação principal que norteia nossas discussões quando debatemos a respeito da questão da violência, mais especificamente sobre o *bullying*. Embora possam ser múltiplas as causas, vamos citar as que julgamos mais relevantes. Uma das causas que parece explicar o *bullying* pode estar ligada à dificuldade de reconhecer as próprias emoções e sentimentos. Tognetta (2009, p. 172) diz também que pode ser um "problema ligado à constituição de 'quem sou eu' ou até mesmo de 'quem eu desejo ser'". Isso se refere às imagens que se têm de si, às representações de nós mesmos. Sabemos que o contexto cultural e os grandes ídolos fabricados pela sociedade e pelas mídias em geral não podem ser desconsiderados, conforme apontaram estudos de ciências como a sociologia, a psicologia moral, a antropologia e outras. Sobre esse ponto, insiste Tognetta (2009) que a dificuldade parece situar-se na constituição da identidade do sujeito, nas representações de si (LA TAILLE, 2002) e, podemos ainda dizer, no desconhecimento das emoções e sentimentos (FERRÉS, 2014).

Do ponto de vista afetivo, esses autores supracitados falam que as imagens ou representações de si ou o desconhecimento do universo emocional, podem favorecer a formação de vítimas ou de agressores. Eles defendem que tal condição pode levar a pessoa a ser passiva e conformada com a realidade ou agressiva, impondo sua força para menosprezar, comprovando a si mesma que ela é a 'melhor'. Enquanto nega, exclui e diminui o outro como vê a si mesma. No fundo, também carecem de um valor de si, de uma boa autoestima.

O sentimento de pertencimento ao grupo é um aspecto central no que se refere às imagens que o sujeito têm de si. Temos necessidade de nos adequar e responder ao grupo social de convivência para não sermos considerados diferentes. Nesse ponto, aceitamos as regras do jogo com medo da exclusão: "*Eu sou obrigada a usar roupas de marcas, mesmo não tendo dinheiro, para ser aceita no grupo*" (P, 13 anos, 5ª série) (CÉZAR, 2010, p. 123). Na verdade, a maior parte das vezes preferimos ser prejudicados, por não termos coragem de denunciar o que nos fere. Assim, busca-se uma boa imagem de si, que neste caso pode ser de uma vítima constante ou de valentão, não avaliando a questão dos valores morais e éticos (LA TAILLE, 2002) para se vivenciar as emoções sociais (FERRÉS, 2014) de forma menos conflituosas.

Não se pode falar de afeto, emoção e sentimentos sem considerar a dimensão da razão da mente humana quando se refere ao *bullying*. Relaciona-se com a tomada de consciência necessária a qualquer ação ética (DAMASIO, 1996). Essas crianças e adolescentes, ao se comportarem como agressores, no caso do *bullying*, não são capazes de elaborar um pensamento que contemple o outro, que não o negue, e acima de tudo, que aceite o outro do seu jeito, com suas diferenças e qualidades (MATURANA, 2002). Uma criança ou um adulto que não é capaz de respeitar o outro, que não tem esse movimento de acolhida e que de certa forma não mede as consequências dos seus próprios atos, tem dificuldades de aceitar a si próprio e a seus próprios sentimentos. A aceitação do outro engloba a aceitação das diferenças. Significa que é com o outro que esses meninos e meninas encontram outras formas mais equilibradas de resolver seus problemas, muitas vezes afetivos.

Outra explicação para a causa do *bullying* é a questão da imitação (FANTE, 2005). Guareschi (2012, p. 53) fala da inter-relação entre o eu e o outro. Sobre esse ponto, escreve que o nosso eu é constituído pelos outros, pelas relações que estabelecemos". Segundo Jodelet (2002) a matéria primordial da produção de alteridade é a dimensão do outro e das relações com este outro. Por isso, a participação dos adultos pode influenciar na constituição de uma identidade frágil ou ainda para se sentir forte demais (TOGNETTA, 2009). Crianças e adolescentes que convivem com adultos violentos e autoritários aprendem a violência como valor, lembra Fante (2005). A convivência com a agressividade pode levar a pensar que é normal resolver os próprios problemas com violência e força física, legitimando a violência como forma de obter uma boa imagem de si.

Segundo alguns estudiosos do fenômeno, como Olweus (1998), Fante (2005) e outros, a prática de *bullying* pode ser ainda decorrente da carência afetiva, ausência da família por causa de empregos externos e/ou abandono por parte dela (omissão e negligência), ausência de limites, permissividade das crianças e da juventude de hoje. Com relação a última, dizem os autores, que essa deficiência impede as crianças de experimentarem as perdas necessárias de fazerem renúncias, podendo ser egocêntricas, ter a própria verdade, inflexíveis e incapazes de se colocar no ponto de vista do outro (TOGHETA, 2009). Podem ainda envolver-se em grupos de usos de drogas, adquirir vícios como álcool, fracassar e abandonar a escolar.

Também pode ser causa de *bullying* a convivência com adultos em casa ou na escola que impedem a expressão do que sentem e pensam. O conhecimento de si é o caminho para ir ao encontro do outro (FINZI, 2011). A experiência no âmbito escolar tem mostrado que quando não se tem direito de manifestar sentimentos, emoções e pensamentos, dificilmente as pessoas poderão ter condições de conhecer a si próprios e de gostar daquilo que são. Na percepção de Fante (2005), o aumento da violência é favorecido por vários fatores, como: o modo de afirmação dos pais, através de "práticas educativas", como maus-tratos físicos, castigos corporais severos e exposição às inúmeras cenas de violência. Nas escolas, as punições, as humilhações, ofensas, indiferenças, gritos e ameaças utilizados por muitos adultos, até mesmo na frente dos outros, com a intenção de educar e formar moralmente os pequenos, ao contrário, humilham e provocam apenas a diminuição de chances de orquestrar os seus problemas.

Podemos situar ainda como causa do *bullying* as mídias, sobretudo, a internet, as redes sociais, com o denominado *cyberbullying*. Os comportamentos destrutivos encontram nessas redes sociais uma oportunidade de expansão, devido, em boa medida, às alterações emocionais produzidas pela dialética entre o componente de presença e ausência, tendo as emoções e os sentimentos como motores (FERRÉS, 2014).

Portanto, as consequências da conduta *bullying* afetam todos os envolvidos e em todos os níveis, podendo ser graves e irreversíveis, porém especialmente a vítima, que pode continuar a sofrer seus efeitos negativos muito além do período escolar. Por isso, tanto a vítima de *bullying* quanto o agressor precisam de ajuda. Por um lado, a vítima sofre uma deterioração de quem ela é, do conceito que ela tem de si. Por outro lado, o agressor sofre um grave estrago em sua escala de valores e, portanto, de seu desenvolvimento afetivo e moral.

Dispostas essas considerações sobre as causas e consequências do *bullying*, é necessário apontar algumas pistas para orquestrar o problema. Para isso, recorre-se aos escritos sobre as estratégias de intervenção e prevenção elaboradas por Cleo Fante no livro *Fenômeno Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz (2005).

3. Estratégias de intervenção para orquestrar as situações de *bullying*

Segundo Fante (2005, p. 91), "a intolerância, a ausência de parâmetros que orientem a convivência pacífica e a falta de habilidade para resolver os conflitos são algumas das principais dificuldades detectadas no ambiente escolar". Por essa razão, algumas estratégias de intervenção podem ajudar esses meninos e meninas a orquestrar o problema do *bullying*.

Para que se possam desenvolver estratégias de intervenção e prevenção ao *bullying* nas escolas, é necessário que a comunidade escolar esteja consciente da existência do fenômeno e, sobretudo, das consequências oriundas desse tipo de comportamento. Apontamos algumas pistas que pensamos ser importantes para dar ritmo à convivência na escola e contribuir na construção da harmonia e melodia escolar.

Entretanto, nem sempre a escola marca o compasso da vida. O tom e a cor das emoções e sentimentos estão ligados à convivência e talvez seja por isso que as experiências se tornam inesquecíveis.

Tanto as positivas quanto as negativas. A escola tem se preocupado muito com a ordem, sem levar em conta o ritmo e a pulsação sentimental. Pauta-se no cumprimento das regras, da obediência, na adoção de comportamentos adequados, nas exigências, nas ameaças de punição ou de castigo. Não é exagero dizer que as pessoas que foram vítimas de castigos e punições por parte de seus pais e professores com frequência na vida adulta reproduzem esse comportamento. Nos relacionamentos, tem necessidade de dominar os outros ou serem dominados por eles como única condição de serem felizes. Em geral, não admitem erros, são inflexíveis, sua verdade é a única que importa. São indecisas, têm dificuldades em fazer escolhas. Não acreditam em seu próprio processo de evolução pessoal, interpessoal e profissional (TOGNETTA, 2009).

A conscientização e a aceitação de que o *bullying* é um fenômeno que ocorre, com maior ou menor incidência, em todas as escolas do mundo, são fatores decisivos para iniciativas bem sucedidas no combate à violência entre estudantes. Assim, o primeiro passo na identificação do *bullying* é uma análise da situação escolar, apontando dados que comprovem que na instituição se encontram vítimas e agressores de *bullying*. A pesquisa que Fante (2005) organizou a partir das pesquisas de Olweus (1998) pode servir de modelo. Ela elaborou um questionário para ser aplicado nas escolas aos educadores e educandos. O objetivo era fazer um levantamento preciso dos problemas enfrentados pelos estudantes. Esses podiam informar claramente se havia prática de *bullying*, que tipos de agressões, a frequência, os locais de maior ocorrência dos casos de *bullying* e os envolvidos com essa situação peculiar.

A ação da comunidade educativa é ajudar agressores e vítimas, separadamente através do diálogo, a refletir sobre seus comportamentos, sentimentos e emoções e, assim reconhecer as causas que os balizam e fomentam. De fato, requer-se visibilizar os pilares e não apenas agir sobre os sintomas visíveis e cotidianos. É preciso evitar nessa ação o recurso à violência, pois essas são as mesmas soluções que as crianças ou adolescentes têm apresentado ou sofrido. Fante (2005) sugere considerar a singularidade da pessoa, dando espaço aos sentimentos. Assim, a intervenção deve ser realizada sem agressões e intimidações, utilizando uma linguagem que não acuse e nem julgue, e tão somente descreva o que vemos e o que sabemos, a fim de desencadear uma reflexão por parte dos envolvidos. Fante (2005, p. 91) diz que "(...) atualmente, a matéria mais difícil da escola não é a matemática ou a biologia; a convivência, para muitos alunos e de todas as séries, talvez seja a matéria mais difícil de ser aprendida", justamente, pela falta de harmonia entre emoção e razão. Ou ainda, como enfatiza Pelbart (2013, p. 29), as relações sociais vigentes nos levam a "(...) ser analfabeto das emoções".

A essência do processo educativo é as práticas pedagógicas (FREIRE, 1996). Essas implicam o diálogo, que é a essência para a tomada de consciência do problema. Aquele requer ser uníssono, abrindo espaço para a expressão, o tom, o ritmo e o colorido de cada um. Implica antes superar por parte de alguns pais e professores a confusão do diálogo com extensos sermões, já que isso só acarreta a repetição de comportamentos agressivos, cooperando na ampliação do problema. A tomada de consciência deve partir da própria pessoa. É ela quem deve aprender comparar as possibilidades de orquestrar o problema, retomar os fatos ocorridos, antecipar as implicações de suas ações e, perceber que suas atitudes desafinam a harmonia da escola e assim, aceitar o outro.

O incentivo à violência por parte de alguns pais também necessita ser orquestrado nessa parceria. Infelizmente, alguns pais e familiares, cujas crianças são vítimas frequentes de violência na escola, incentivam seus filhos a baterem de volta, com dizeres: "se te bate, bate também". É a lei de talião: "olho por olho, dente por dente". Desse modo, incentiva-se o uso tanto da violência física quanto verbal na relação com seus agressores. A lei citada acena para uso da coragem, da força e da virilidade para a autodefesa, qualidades incentivadas pela sociedade.

Na condição de adultos formadores e responsáveis pela vida dessas crianças e adolescentes, temos a possibilidade de orquestrar o problema de forma mais evoluída, dando um melhor timbre e tom às relações escolares, superando, assim, as tendências de justiça retributiva, de revide à violência sofrida. Quando uma criança nos diz: "Ele me bateu (…) e eu vou bater nele também", é necessário fazer a criança a se fazer a pergunta: "Este é o único caminho? Não há alternativa?" É importante levar a criança a se fazer

a pergunta, a tomar consciência de si, de seu valor e também despertá-la para outro tipo de defesa, não com recursos violentos, mas com o diálogo, na busca de ajuda. É preciso ajudá-la a perceber que é preciso encontrar outro jeito para resolver os seus conflitos e que bater nas pessoas não é a melhor alternativa. O sentido aqui tem mais a ver com as perguntas do que com as respostas. O sentido de quem fala há que buscá-lo mais no que a pessoa sente do que no que pensa (FERRÉS, 2014).

A discussão das relações na escola é de vital importância para se orquestrar os conflitos interpessoais (GUARESCHI, 2008) e superar as relações que negam a tonalidade e o colorido de cada um. Alguns autores chamam a atenção para a importância de nos colocarmos abertos ao diálogo e estabelecermos uma relação de confiança com as vítimas e agressores, auxiliando os envolvidos nas práticas de violência a encontrar caminhos para orquestrar o problema.

A relação de confiança é um fator central para orquestrar as formas de violência na escola. Ela tem como base o respeito mútuo e a convivência solidária. Implica o uso de linguagens por parte das autoridades, sejam pais, professores, gestores, que não ameacem, que não humilhem por castigos, ou quaisquer que sejam as atitudes relacionadas às punições e que ofereçam possibilidades de se conhecerem, de fazerem escolha, de serem responsáveis pelos seus atos e buscarem as soluções a serem realizadas, permitindo, assim, harmonizar as condutas "sem tom" de seus estudantes e filhos.

A relação de confiança estabelecida com os adultos é base para o sentir-se seguro para falar dos seus problemas. Essa relação poderá trazer muitos benefícios aos membros integrantes. Poderá garantir a participação afetiva dos envolvidos em situação de *bullying*, possibilitando que todos os componentes da orquestra educativa toquem em uma única nota, a nota do respeito e do amor ao outro (MATURANA, 2002).

Assim, nesse processo de orquestração, é necessário evitar práticas, tais como: na escola, deixar a criança sem recreio ou, em casa, sem televisão por castigo. Isso não ajuda, ao contrário, incrementa o problema. É necessário ajudá-la a pensar sobre o seu comportamento. Mais do que pensar, é preciso trabalhar o sentir (FERRÉS, 2014; DAMÁSIO, 1996).

Fante (2005) e Tognetta (2009) indicam como alternativas para a discussão das relações a formação de foros ou assembleias de classe. Esses podem ser organizados pelos professores, estudantes, envolvendo direta ou indiretamente os pais. Nesses momentos de diálogos, eles próprios podem refletir sobre seus comportamentos, apontando as soluções para orquestrar o *bullying*. Os estudantes devem ser convidados para pensar e falar das questões pertinentes para melhorar o trabalho, a convivência escolar e o respeito das questões apontadas pelos questionários, pensando nas possíveis soluções. Essas assembleias são o momento institucional da palavra e do diálogo e devem ter como objetivo identificar como as pessoas envolvidas nos problemas que foram apontados estão se sentindo.

A assembleia contempla o caráter dialogal. Considerando que, a assembleia, para Tognetta (2009), inclui a avaliação dos problemas da escola por parte dos professores, estudantes, gestores e pais, surge a possibilidade de se pensar os afetos e sentimentos, como proposta em favor das relações humanas. Assim, esse momento é vital, porque oferece possibilidade de se discutir as relações na escola, de pensar sobre aquilo que é humano, que nos torna iguais, sobre nossos sentimentos, percebendo como eles nos afetam no dia a dia. Esse é, sem dúvida, um exercício de cidadania (FERRÉS, 2014).

O sentimento de pertença é um fator vital que pode surgir dessa assembleia de classe. Infelizmente, uma grande parte dos estudantes e também dos professores de nossas escolas não experimenta o sentimento de pertencimento ao grupo que participa. Sente-se como estrangeiro em seu próprio espaço. Portanto, a orquestração do *bullying* exige o trabalho com os sentimentos e as emoções de meninos e meninas e de todos nós. A dimensão dos sentimentos e emoções foi muitas vezes esquecida tanto em sala de aula quanto na família e na sociedade. No campo da ciência empírica, ela foi menosprezada, quando não marginalizada, considerada como um perigo e danosa à razão (DAMÁSIO, 1996).

Permitir a abertura para se pensar sobre os sentimentos é reconhecer que as ações humanas são movidas por emoções que muitas vezes fogem do nosso alcance e que nos impedem de agir mais conscientes. Essa energia precisa ser canalizada em uma direção para se viver bem (FERRES, 2014). Portanto, se há interesse que esses meninos e meninas possam aprender a orquestrar seus próprios problemas e tornar a vida na escola afinada, mais harmônica, será necessário abrir oportunidade para que manifestem o que sentem, pensam, seus anseios, suas tristezas, suas raivas, suas emoções. Tanto em momentos de conflito quanto cotidianamente.

Faz-se necessário convidar os estudantes a falar do seu mundo emocional, dos próprios sentimentos, expressando o que gostam, o que não gostam, o que envergonha. Além disso, falar sobre o que os angustia, amedronta ou alegra. Nesse processo, vários recursos podem ser utilizados para ajudar, desde histórias que envolvam sofrimentos e situações de *bullying*, vídeos, filmes, textos dos próprios estudantes (FANTE, 2005). As sugestões não se esgotam aqui, cabendo a cada professor adequar conforme a necessidade e realidade de sua escola.

Os professores também precisam estar preparados para lidar com os sentimentos manifestados pelas crianças. Não precisam ser psicólogos/as, mas entender de gente, de ser humano. Esse é um risco que se corre. Por isso, precisam de formação para serem capazes de tratar de sentimentos em sala de aula, e de ajudarem a equilibrar as angústias, as tristezas, os medos infantis, os temores. Não resta dúvida de que é uma vital oportunidade para falar sobre o sentir, conhecer a dimensão da dor do outro (TOGNETTA, 2009).

Ao falar de si mesmas, as crianças têm possibilidade de se autoconhecerem e regerem seus sentimentos e emoções presentes e isso possibilita segurança para comunicarem sua situação aos mais próximos de si, como professores ou pais, adquirindo possibilidade de se autocontrolarem, gestarem e orquestrarem suas emoções e conflitos. Isso favorece o autoconhecimento, a tomada de consciência de sua existência e construção dos valores de si.

A harmonização das relações na escola deveria afrontar-se de acordo com o princípio das responsabilidades compartilhadas. Não é responsabilidade exclusiva do Estado, da escola, nem da família ou de amigos da escola. A harmonia no ritmo há de ser o resultado de uma intervenção responsável e coordenada de todos eles: professores, gestores, administradores, educandos, pais e funcionários.

Considerações finais

Para concluir, gostaríamos, ao final de nossas reflexões, de enfatizar dois pontos que julgamos especialmente importantes e que parecem pouco refletidos. Voltemos ao nosso título, tanto ao tema *bullying* quanto aos afetos.

É preciso dar atenção ao assim chamado *bullying*, que abarca todas as formas de violência, intimidação, relações de forças e que extrapola os muros da escola e tem repercussão no conjunto da sociedade. Para Paulo Freire, (1996) são as relações, mais do que qualquer conteúdo, que educam, por isso a importância de prestarmos atenção às nossas relações, se queremos uma educação verdadeiramente libertadora. Ele dizia que deixamos uma parte de nós mesmos com as pessoas com as quais estabelecemos contato. Como conteúdo da educação, o sábio autor destaca a prática pedagógica como matéria-prima do processo educativo. Precisamos prestar atenção nela, pois pode conter, em seu bojo, implicitamente formas de violência e autoritarismo que criam situações de sofrimento e angústia, impedindo a verdadeira solução dos problemas.

Necessitamos também compreender como funcionam nossas emoções e sentimentos. Esse conhecimento possibilitará "(...) alcançar o centro absoluto de si mesmo e encontrar a saída de si e, propiciar o encontro com o outro" (FINZI, 2011, p. 80). Como bem observou o autor, "(...) para

encontrar-se, tem que perder-se. Para avançar, para crescer, não servem as certezas. Nós temos de perder uma, dez, cinquenta vezes ao minuto para não ficarmos na pele das coisas. Quanto mais nos perdemos, mais portas abrimos" (*Idem*). Assim, a orquestração dos atos de *bullying* na escola implica a educação dos sentimentos.

Referências

ABRAPIA. *Bullying*. 2004. Disponível em: <http://www.bullying.com.br>. Acesso em 15 de Jul. 2008.

CÉZAR, N. "*Bullying*: preconceito, estigmas e desafios da educação para a paz". Mestrado de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, 2010.

COSTANTINI, A. *Bullying, como combatê-lo?* Prevenir e enfrentar a violência entre jovens. São Paulo: Itália Nova, 2004.

DAMASIO, A.R. *O erro de Descartes*: A emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FANTE, C. *Fenômeno bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus, 2005.

FERRÉS, J. *Las Pantalhas y el cérebro emocional*. Barcelona: Gedisa, 2014.

FINZI, D. Lo realmente necesario es abrazar y ser abrazado, en *La Vanguardia*, 17 12- 2011, p. 80.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática pedagógica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, P. A; SILVA, M. R. *Bullying*: mais sério do que se imagina. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

GUARESCHI, P.A. *Psicologia Social Crítica*: como prática de libertação. 5 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

JODELET, D. A Alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela (org.). *Representando a alteridade*. 2.ed, p. 47-67. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

LA TAILLE, Y. *A vergonha: a ferida moral*. São Paulo. Ed. Vozes, 2002.

MATURANA R., H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

OLWEUS, D. *Bullying at school*. Oxford USA: Blackwell Publishing, 1998.

PELBART, P. *O avesso do Niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: N-1 edições, 2013.

TOGNETTA, L. R. P. Violência na escola: os sinais de *bullying* e o olhar necessário aos sentimentos. In:

TOGNETTA, L. R. P. *A formação da personalidade ética - Estratégias de trabalho com afetividade na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

Bullying and school environment: the necessary education

Abstract: This paper aims at analyzing bullying from the perspective of feelings. This article reports findings from a larger study which was carried out and concluded in the year of 2010 at Mato Grosso Federal University and entitled "Bullying: prejudice, stigmas and challenges of education for the peace". At that time, school actors such as students, teachers, managers, employees and the families were asked to express their particular way of thinking about the bullying phenomenon in the school setting. This article discusses the importance of the education of feelings in the process of building of a more humanized school. Firstly, it is possible to define the concept of bullying, the characters involved and the way it presents itself in everyday school life, as well as its causes and consequences. Secondly, we point out some alternatives of intervention which involve all the educative community so that children and teenagers that suffer from or cause bullying are able to orchestrate and overcome their own feelings and emotions in the relationship they establish with the other. This article is based on the orchestra metaphor considering school as a big orchestra and educative community as conductor of its members' life.

Keywords: Bullying – Violence – Affection – Feelings – School

Terapia assistida por animais em idosos residentes em instituições de longa permanência: perspectivas para a atuação da enfermagem

Vaneska Ribeiro Perfeito Santos – IPTAN
Especialista em Enfermagem do Trabalho
E-mail: vaneskaperfeito@hotmail.com

Ana Cláudia Ribeiro Paiva – IPTAN
Especialista em Enfermagem Obstetrícia, Nefrologia, Saúde da Família e MBA em Gestão Estratégica de Pessoas
E-mail: aclaudiarpaiva@gmail.com

Angela Pierina Farnese Mazocoli – IPTAN
Especialista em Assistência de Enfermagem
E-mail: angelapierina@mgconecta.com.br

Mônika de Cássia Furtado Batista
Graduada em Enfermagem – UNIPAC
E-mail: monikack2008@hotmail.com

Data de recepção: 02/07/2013
Data de aprovação: 24/10/2013

Resumo: Os animais estão entre os seres humanos desde os primórdios e sua relação passou por diversas mudanças, sendo, na atualidade, utilizados como auxiliares em terapias complementares a tratamentos convencionais. A esta terapia deu-se o nome de Terapia Assistida por Animais (TAA), que pode ser empregada em todas as faixas etárias, utilizando vários tipos de animais, sendo o cão o mais utilizado, devido relação harmoniosa que mantém com o ser humano e facilidade que apresenta para adestramento. Trata-se de uma terapia que emprega uma equipe multidisciplinar, com profissionais da saúde humana e animal, baseada em regras definidas, sendo a enfermagem um de seus componentes. A TAA pode ser utilizada em instituições ou em domicílio e, no Brasil, seu uso data de poucas décadas. Ela proporciona benefícios físicos, mentais e sociais e a sua aplicação em pacientes idosos residentes em Instituições de Longa Permanência (ILPI's) se faz como uma forma de humanização do serviço, estreitando os laços entre profissionais e equipe. Este trabalho objetiva abordar as perspectivas para a atuação da enfermagem, acerca dessa terapia complementar com idosos residentes em ILPI's que, por vezes, sentem-se abandonados, necessitando de cuidados. Para este trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica de caráter analítico-descritivo, com busca em sites científicos e literatura especializada que possibilitou uma reflexão acerca do papel do enfermeiro nesta terapia representando um elo entre o animal e o paciente, acompanhando, reconhecendo, avaliando e registrando toda evolução do quadro.

Palavras-chave: Cães – Enfermagem – Idosos – Terapia Assistida por Animais

1. Este texto é uma versão do capítulo: "Terapia assistida por animais em idosos residentes em instituições de longa permanência: perspectivas para a atuação da enfermagem". "p.61-71"

Introdução

Os animais estão entre os seres humanos a milhares de anos e o relacionamento entre eles vem sofrendo mudanças, tendo sido considerados deuses, seres supremos e ainda auxiliares nas atividades cotidianas, ocupando diversas funções durante a evolução dos seres humanos.

O benefício ocasionado pela interação animais e seres humanos, transformado em caráter terapêutico, vem sendo utilizado há alguns séculos, entretanto, somente nas últimas décadas, teve reconhecimento científico.

A Terapia Assistida por Animais (TAA) é uma prática com critérios específicos. Nela, o animal é parte integrante no processo de tratamento, objetivando promover a melhora social, emocional, física e/ou cognitiva de pacientes humanos, agindo como um facilitador da comunicação do profissional de saúde com o paciente. Embora sejam utilizados diversos animais para essa terapia, o mais comumente encontrado é o cão, uma vez que se trata de um animal de fácil adestramento e que, historicamente, conta com uma relação de lealdade e amor com o ser humano.

Entretanto, essa terapia não substitui outras modalidades terapêuticas como fisioterapia, terapia ocupacional, psiquiatria, psicologia e clínica, entre outros, por tratar-se de uma terapia complementar. E deverá, por sua vez, ser realizada com o acompanhamento de um profissional de saúde devidamente capacitado, com cães treinados e com acompanhamento periódico do médico veterinário.

São evidentes os benefícios trazidos pela TAA, que mesmo sendo uma terapia nova no Brasil, traz consigo inúmeras benfeitorias aos idosos, que fazem parte de uma população que cresce significativamente no país e, simultaneamente, em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Esses, por vezes, encontram-se em situação de abandono, solidão, ociosidade e introspecção e, neste ínterim, o enfermeiro tem um papel essencial, fazendo um elo entre o animal e o paciente, acompanhando, reconhecendo, avaliando e registrando toda evolução do quadro.

Contudo, essa terapia ainda é desconhecida por muitos profissionais da área de saúde, bem como pela população. Para que seus benefícios e finalidades sejam mais conhecidos, necessita-se de uma divulgação eficaz, bem como uma maior aplicação e estudo acerca dos resultados alcançados com este programa.

Portanto, este estudo tem como escopo conceituar a TAA, determinando sua situação no Brasil e seus benefícios; definir a internação permanente, descrevendo os problemas mais comumente encontrados nos idosos residentes nessas instituições. Abordar as perspectivas de atuação da enfermagem na TAA e sua importância, destacando e divulgando para a área de saúde a existência e os benefícios desta nova modalidade terapêutica, acrescentando informações e fornecendo subsídios para novos estudos nesta área, é nossa principal intenção.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter analítico-descritivo, com busca realizada em periódicos, sites científicos e literatura especializada sobre a temática em questão, lembrando que a resolução 196/96 que dispõe sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos afirma que a pesquisa de caráter bibliográfico não necessita de aprovação do Comitê de Ética.

1.Terapia Assistida por Animais (TAA)

Desde os primórdios, os animais estão entre os humanos e essa relação vem passando por diversas mudanças, sendo originalmente caracterizada por predação e, posteriormente, por domesticação, de forma a revelar um relacionamento de familiaridade e lealdade entre eles.

Sabe-se que desde a pré-história, com o surgimento dos hominídeos (em torno de 1.000.000 a. C.), as primeiras artes gráficas encontradas (a arte rupestre) em antigas cavernas já delineavam representações de animais, indicando a importância dessa interação (DOMINGUES, 2007, p. 20).

Na década de sessenta surgiram contundentes estudos acerca dos benefícios da terapia com animais, como aclara Domingues (2007, p.46) Boris Levinson, um psiquiatra, que apresentou o uso e os benefícios dos animais nas seções terapêuticas ao observar a reação positiva de um paciente com grande dificuldade de interação, após ser acidentalmente recebido por seu cão em seu consultório, facilitando assim o trabalho.

Na atualidade, diversos animais podem ser utilizados em terapias complementares, mas o eleito tem sido o cão, por suas características peculiares, como inteligência e percepção, como afirmado por Dotti (2005, p. 34), favorecendo o elo entre profissionais e pacientes, auxiliando na terapêutica, diminuindo o índice de problemas sociais, físicos e psicológicos.

A nomenclatura que designa o uso de animais em benefício da saúde humana passou por um processo de mudanças, ganhando diversos nomes, conforme Capote e Costa (2011, p. 27) relatam, TFC (Terapia Facilitada por Cães), Pet terapia, Zooterapia, Cinoterapia e, devido à confusão que norteou esta definição, em 1.996 a organização americana Delta Society achou cabível instituir uma definição que admita profissionalismo e credibilidade, a saber:

> [...] A Delta Society dividiu o trabalho com animais em dois programas: a) Atividade Assistida por animais (AAA), que propõe entretenimento, recreação, distração, motivação, informação e melhora da qualidade de vida, no entanto não tem a preocupação de uma análise dos pacientes, histórico e perfil e avaliação e resultados; e b) Terapia Assistida por Animais (TAA), que é realizada por profissionais da área da saúde, e é documentada e avaliada de forma a desenvolver e melhorar o funcionamento físico, social, emocional e cognitivo das pessoas envolvidas no processo. Esta apresenta objetivos claros dirigidos, com critérios estabelecidos, sendo o animal parte integral deste processo (CAPOTE; COSTA, 2011 p. 27).

No entanto, para Dotti (2005, p.30), a utilização dos animais em terapias engloba atividades desenvolvidas por profissionais treinados que levam seus animais às instituições para uma visita aos pacientes, sendo um processo terapêutico formal com procedimentos e metodologia amplamente documentado, planejado, tabulado e seus resultados avaliados. Pode ser desenvolvido em grupo ou de forma individual.

Essa terapia parte do princípio do amor que pode surgir na relação homem animal, gerando inúmeros benefícios. (MACHADO *et al,* 2008, p. 1).

A utilização da TAA no cenário brasileiro consiste em uma prática inovadora, que necessita ser estudada, divulgada e esclarecida para que seus benefícios se propaguem de forma satisfatória em todo país. No Brasil, o registro mais antigo de trabalho envolvendo o uso de animais data da década de sessenta, onde a médica, psiquiatra, psicanalista e terapeuta ocupacional Dra. Nise da Silveira utilizava cães como co-terapeutas no tratamento de esquizofrênicos.

Barros (2008) *apud* Caetano (2010, p. 21) corroboram:

> A Dra. Nise da Silveira utilizava os animais como co-terapeutas no tratamento de pacientes esquizofrênicos, no Centro Psiquiátrico Dom Pedro II - Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, visto que, percebeu que os pacientes com dificuldades de contato se vinculavam aos cães com facilidade.

Para que esse novo método se amplie em território brasileiro, faz-se necessária uma maior divulgação da informação da TAA de forma responsável e competente, com o envolvimento de diversos profissionais, chegando até a sua comprovação e eficácia por meio de registros e relatórios (NATOLI,1997 *apud* DOTTI, 2.005, p. 31).

A TAA é composta por uma equipe multiprofissional que deverá apresentar-se em parceria e, para tanto, se faz necessária a presença de profissionais capacitados, de diversas formações, para que possam contribuir de todas as maneiras para o benefício da pessoa necessitada (CAETANO, 2010, p. 24).

Deste modo, Pletsch (2011, p. 3) explica que, após treinamento, poderão fazer parte da equipe os seguintes profissionais: médico veterinário, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, enfermeiro, pedagogo, educador especial, educador físico, educador de arte, assistente social, zootecnista, instrutor de equitação, auxiliar guia e tratador.

Santos (2006, p. 34) relata que a TAA ocorre através de visitas periódicas, assistidas por profissionais, dependendo da disponibilidade da equipe, do animal e dos pacientes, sendo escolha do profissional terapeuta a atividade a ser realizada. Essa visita será realizada pelo animal pré-selecionado, acompanhado pela equipe.

A equipe deverá sempre seguir um protocolo durante as visitas. Os cães devem estar com a vacinação e vermifugação em dia, devem possuir uma alimentação balanceada, não podem conter pulgas e deverão ter tomado banho no dia que antecede a visita. Além de estarem escovados e fazerem visitas periódicas ao veterinário (PEREIRA; PEREIRA;FERREIRA, 2007, p. 64).

A TAA somente será contra-indicada, segundo mesmo autor (2007, p. 64), em casos da presença de alergias e aversão a cães por parte do paciente, bem como em casos de presença de feridas abertas, baixa resistência e pacientes agressivos.

Portanto, ao iniciar um programa de TAA, faz-se necessário o conhecimento das normas e deveres a serem seguidos para o tratamento efetivo.

Aponta-se a terapia como método favorável à obtenção de resultados satisfatórios em diversos tratamentos como nos distúrbios físicos, mentais e emocionais. Pode também ser aplicada em crianças, adultos e idosos, em hospitais ou Instituições de Longa Permanência (ILPI), bem como nas residências.

Os mecanismos fisiológicos gerados pela interação homem - animal, depois de quinze minutos de contato, provocam mudanças positivas nas betaendorfinas, prolactina, dopamina e oxitocina, hormônios que ocasionam sensações de diminuição da dor, do estresse, como também sensação de bem-estar, levando à redução dos níveis da pressão arterial (CAPOTE; COSTA, 2011, p. 45).

Os benefícios da TAA, especificamente com os idosos, vêm sendo evidenciados e descritos em quatro tipos: físicos, mentais, sociais e emocionais.

Dotti (2005, p. 55-56) corrobora:

> Benefícios físicos: exercícios e estímulos variados relativos à mobilidade; estabilização da pressão arterial e reações químicas positivas (estudos divulgados por programas americanos, ingleses e canadenses); bem-estar; afastamento do estado de dor; encorajamento das funções da fala e das funções físicas; Benefícios Mentais: Estímulo à memória da pessoa levando em conta as diversas observações relativas à sua própria vida e dos animais que ela tem contato. Exercícios de cognição por meio de material usual do animal da alimentação e de higiene.

> Benefícios sociais: recreação, diversão, alívio do tédio, afastamento do isolamento; oportunidade de comunicar e conviver, ser ouvido; sentimento de segurança, motivação e socialização.
> Benefícios emocionais: Atenção e amor incondicional, espontaneidade, diminuição da solidão e da ansiedade, alegria, relaxamento, troca de afeto e reconhecimento de valores; aumento de confiança com ser humano focando os participantes da terapia.

2. Os Idosos e a Terapia Assistida por Animais (TAA)

O atual panorama demográfico é uma das grandes preocupações no Brasil. Passamos por um momento de contínuo envelhecimento populacional, com baixas taxas de fecundidade, aumento da longevidade e urbanização acelerada (BESSA; SILVA, 2008, p. 259).

Para uma melhor compreensão do termo idoso, a Lei nº 10.741, promulgada em 1º de outubro de 2.003, em seu art. 1º, institui o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (BRASIL, 2003, p. 14).

Envelhecer com qualidade de vida é um desafio, principalmente no que se refere a envelhecer em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI). A biologia aponta que se envelhece a cada dia desde o nascimento, no entanto, somente mais tarde é que esse processo se tornará notório.

O alto crescimento da população idosa ocasiona inúmeras transformações, não somente na demografia, como também traz preocupações e questionamentos acerca do tema. Deste modo, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (BRASIL, 2002, p. 66) assevera,

> [...] A situação do idoso em nossas famílias e no seio da sociedade é muito delicada. A sociedade de consumo, com seu espírito de produtividade, rendimento e eficiência, considera o idoso um peso, alguém que onera a sociedade e não lhe fornece benefícios econômicos de forma direta.

Já para Oliveira *et al* (2006, p. 8), o modelo social nuclear que prevalece hoje, onde convivem apenas pais e filhos, leva a um aumento de idosos asilados em instituições. A instituição asilar se considera a forma mais antiga de ofertar cuidados aos idosos, inicialmente concedida pelo cristianismo. Conforme Alcântara (2004) *apud* Araújo, Souza e Faro (2005, p. 252) "[...] há registros de que o primeiro asilo foi fundado pelo Papa Pelágio II (520-590), que transformou a sua casa em um hospital para velhos".

Para começar a compreender um pouco mais sobre as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), deve-se primeiramente entender o significado da expressão asilo, que passou, ao longo do tempo, por várias modificações.

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Manual de Funcionamento (2003, p. 39) *apud* Araújo, Souza e Faro (2005, p. 252), define:

> Asilo (do grego ásylos, pelo latim asylu) como casa social onde são recolhidas, para sustento ou também para educação, pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos. Considera-se ainda asilo o lugar onde ficam isentos da execução das leis, os que a ele se recolhem. Relaciona-se assim, a ideia de guarita, abrigo, proteção ao local denominado de asilo, independentemente do seu caráter social, político ou de cuidados com dependências físicas e/ou mentais.

Atualmente, os asilos não são considerados somente um local para pessoas desamparadas. Souza (2003, p. 02) esclarece que "[...] o asilo é, basicamente, uma instituição burocrática, cuja hierarquia deriva da posição que cada um ocupa dentro dela".

Logo, estas ILPI's passam a assumir um novo papel na vida desses idosos, podendo ser consideradas uma nova família ou, muitas vezes, a única com que mantêm laços afetivos.

Araújo, Souza e Faro (2005, p. 258), ressaltam que,

> A transferência do próprio lar para uma ILPI é sempre um grande desafio para o idoso, pois se depara com uma transformação muitas vezes radical do seu estilo de vida. Muitos idosos encaram o processo de institucionalização como perda de liberdade, abandono pelos filhos, aproximação da morte.

Os idosos que vivem asilados sentem-se mais sós, vivendo conflituosa situação, uma somatória de incertezas trazidas pelo envelhecimento, perdas e doenças.

Muitas patologias são observadas em idosos asilados, além das crises comuns que a insegurança do futuro ocasiona, é comum que venham acompanhadas de problemas cardiovasculares, psicológicos, respiratórios, motores, bem como doenças crônico-degenerativas como o mal de Alzheimer, Parkinson e, até mesmo, algumas patologias em fase terminal, como o câncer.

Esses idosos merecem maiores cuidados e atenção, além de uma análise e avaliação periódica, pois apresentam maior risco de desenvolvimento concomitante de processos de deterioração física, funcional e psicossocial (GORZONI; PIRES, 2006, p. 1125).

Nesse contexto, surge a TAA como terapia alternativa, pouco onerosa e inovadora, como agente facilitador do tratamento, bem como do relacionamento paciente-profissional, que oferece resultados e benefícios surpreendentemente positivos.

Na velhice, a relação homem-animal pode ficar mais forte, ocasionando aos idosos muitos benefícios, que vão muito além da companhia. Nesse sentido, essa interação se reveste de um caráter benéfico e dinâmico, na medida em que inclui não somente o aspecto da companhia proporcionada pelos animais, mas também as trocas de vivências emocionais, psicológicas e físicas entre as pessoas (COSTA *et al.*, 2009, p. 3).

Os idosos que têm contato com animais têm um alto grau de satisfação pessoal, pois a presença dos mesmos preenche o seu tempo e estimula o vínculo afetivo (WENDT; PEREIRA, 2012, p. 212), despertando no idoso a vontade de se comunicar, facilitando assim o trabalho da enfermagem e de toda equipe. Surge um novo caminho para atuação do enfermeiro, um campo com muitos desafios, porém favorável a descobertas e inúmeros benefícios.

3. Um novo caminho para a enfermagem: TAA

A Terapia Assistida por Animais é uma terapia complementar, onde ocorre a interação homem-animal, sendo executada por uma equipe multidisciplinar capacitada para tal, com animais preparados e treinados.

Segundo Dornelas, Dornelas e Vieira (2010, p. 6), trata-se de uma terapia que tem a interdisciplinaridade como base fundamental, com uma equipe formada por diversos profissionais, como enfermeiros, médicos, veterinários, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, entre outros.

A enfermagem, com presença obrigatória nas ILPI's, além de representar suma importância para a qualidade de atendimento, tem o papel de observar, avaliar e registrar a evolução de cada paciente, refletindo diretamente na qualidade da assistência e nas necessidades básicas do idoso, conforme relata Gorreis *et al.* (2008, p. 58), um dos profissionais inseridos no contexto de multidisciplinaridade de uma ILPI.

Analisando que as ações de humanizar e manter a qualidade do atendimento são atribuições dos profissionais de enfermagem, a implantação por parte da enfermagem deste novo tratamento complementar, implica um artifício que garantirá a recuperação e melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Partindo da premissa de que a comunicação entre os seres humanos é de fundamental importância para sua sobrevivência e processo de cura, pode-se perceber que, de acordo com Guidetti e Pereira (2008, p. 122), os pacientes idosos em ILPI têm certas dificuldades para se comunicarem e, muitas vezes, vivem juntos, porém não se interagem, não se socializam, o que dificulta o tratamento e uma efetiva reabilitação.

A comunicação, instrumento de trabalho do enfermeiro, pode ser conceituada como sendo um "[...] processo de transmissão e recepção de informações, mensagens, sinais ou códigos, de um organismo para outro, mediante palavras, gestos ou símbolos" (MESQUITA; DUARTE, 1996 *apud* GUIDETTI; PEREIRA, 2008, p. 122).

Nesse contexto, a TAA surge também como um agente facilitador e humanizador, onde a presença do cão pode estreitar laços, promover o contato da equipe multidisciplinar com os idosos, facilitando a comunicação e a interação entre o enfermeiro e o paciente.

Entretanto, para que o tratamento e a avaliação do quadro do paciente sejam efetivos, a comunicação deverá ser efetuada de forma eficaz e clara. E, para tanto, se faz necessário que o profissional enfermeiro conte com habilidade, sensibilidade, atenção, interesse e amor, principalmente no que se refere ao diálogo com o idoso (GUIDETTI; PEREIRA, 2008, p. 121).

Uma boa conduta para que a comunicação se torne eficaz entre o paciente idoso e a equipe multidisciplinar é ressaltada por Dotti (2005, p. 104):

> [...] sentar e ficar na mesma altura do idoso, falar pausadamente e claramente para que haja o entendimento. Também devemos perceber o gestual do idoso, o que ele pode estar querendo nos passar, preocupação, ansiedade, nervosismo, emoção, olhar perdido, esquecido, e, por meio desses traços, tentar estabelecer contatos que possam interessá-lo. O importante é que sempre temos de manter a calma, segurar as lágrimas se essas quiserem rolar e finalmente manter sempre o contato visual com ele.

Uma vez que a enfermagem está interligada ao paciente, cabe ao enfermeiro a prática dessas condutas: anotar e registrar todo processo, para que se possa assim acompanhar a evolução de cada paciente, possibilitando que os benefícios da TAA sejam mais exaltados e divulgados.

Fica a cargo da enfermagem, pesquisar e divulgar mais essa nova terapia através de estudos, palestras, exibição de vídeos, cartazes, folders ou divulgação pela mídia virtual, surgindo como um novo campo de atuação que, além de se tratar de um agente humanizador e socializador, facilita a comunicação do paciente com a equipe, trazendo inúmeros benefícios à saúde do idoso.

Portanto, a TAA é uma técnica de reabilitação e humanização da assistência de enfermagem

em idosos em ILPI, que auxilia na comunicação do profissional de enfermagem com o idoso, estreitando laços, reforçando a confiança, socializando e descontraindo um ambiente; porém não deve ser confundida com entretenimento, pois se trata de uma abordagem multidisciplinar complementar, que possui regras próprias e registro de todo o processo.

Considerações finais

Este estudo tem por finalidade levar conhecimento científico e literário, para orientar e conscientizar profissionais de saúde, sobre um tipo de terapia inovadora que poderá ser utilizada, de forma complementar, para a assistência a idosos, principalmente nas instituições de longa permanência (ILPI).

A referida terapia utiliza animais, com vistas a promover um maior e melhor relacionamento dos idosos com os profissionais, já que os animais despertam sentimentos que estavam adormecidos, facilitando assim a institucionalização dessa prática, beneficiando tanto os pacientes quanto a equipe.

Diante do exposto, verifica-se que mesmo sendo a TAA uma modalidade terapêutica relativamente nova no Brasil, trata-se de um programa que traz inúmeros benefícios, não somente ao paciente como também ao profissional que a utiliza.

No entanto, este novo programa de terapia necessita de profissionais da área de saúde humana e animal, treinados e capacitados, bem como de um planejamento acerca dos objetivos a serem alcançados.

É possível perceber que se trata de um processo prévio de avaliação, com realização de visitas a outras instituições, estudos acerca do perfil de atendimento, bem como da população a ser incluída nos benefícios da TAA, utilização de animais treinados em estado de higiene e saúde preservado, sem deixar de ressaltar que todo o processo deve ser documentado pela equipe que atua.

Observa-se que esta terapia poderá trazer múltiplos benefícios aos idosos em ILPI, que por vezes podem apresentar distúrbios físicos, mentais e sociais, ou até mesmo encontrar-se em situação de abandono e depressão. Além de atuar como um facilitador na comunicação entre a enfermagem e o paciente, promovendo a socialização entre estes, diminui a sensação de solidão, dor e ansiedade recorrentes em idosos em ILPI. No entanto, essa terapia não substitui a presença do ser humano, ela não humaniza o cão, apenas facilita a comunicação entre a equipe e o paciente, e entre os pacientes residentes em ILPI.

Fica claro que, pelo fato de a enfermagem estar em contato direto com o paciente e por saber reconhecer sinais verbais e não verbais do mesmo, tem como função principal reconhecer, avaliar e registrar toda evolução do idoso, como também as informações passadas por ele durante as terapias.

Por fim, cabe ressaltar que a enfermagem deverá conhecer mais sobre a TAA, seus benefícios, aplicabilidades e implantação, pois essa poderá ser utilizada como um novo e promissor campo de atuação, representando uma ponte entre o profissional enfermeiro e o paciente, facilitando a comunicação, estreitando o relacionamento e humanizando o atendimento, fator fundamental para o pleno restabelecimento do paciente.

Não se devem encerrar as discussões sobre o referido tema, sendo este um tema dinâmico e atual, a fim de adequar técnicas e planejamento para um melhor desenvolvimento das práticas e o aprimoramento dessa terapêutica tão inovadora e promissora para o campo da enfermagem.

É notória a importância deste estudo a fim de colaborar com a divulgação de novas práticas de saúde e de novas formas de abordagem e cuidados com os idosos, objetivando uma assistência pautada pela qualidade, humanização e recuperação de laços afetivos entre pacientes e equipe.

Referências

ARAÚJO, Claudia Lysia de Oliveira *et al*. Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil. *ABENNACIONAL*, n.2, v.1, 2005. Disponível em: <http://www.abennacional.org.br/ >. Acesso em: 01 Ago. 2012.

BESSA, Maria Eliana Peixoto; SILVA, Maria Josefina da. *Motivação para o ingresso dos idosos em instituições de longa permanência e processos adaptativos:* um estudo de caso. Florianópolis, n.2, v. 17, 2008. Disponível em: <http://www. scielo.br > . Acesso em: 25 jun.2012.

BRASIL. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). *Manual Campanha da Fraternidade*. Salesiana, 2002.

BRASIL. *Estatuto do Idoso,* 2003. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2012.

CAETANO, Elaine Cristina Salvaro. *As contribuições da TAA- Terapia Assistida por Animais- à Psicologia.* Criciúma, 2010. Disponível em <http://www.pt. scribd.com >. Acesso em 17 mar. 2012.

CAPOTE, Patrícia Sidorenko de Oliveira e COSTA, Maria da Piedade Resende da.*Terapia Assistida por Animais*- Aplicação no Desenvolvimento Psicomotor da Criança com Deficiência Intelectual. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

COSTA, Edmara Chaves *et al.* Aspectos psicossociais da convivência de idosas com animais de estimação: uma interação social alternativa. *Revista Científica da América Latina*, n. 3, vol. 11, Universidade Presbiteriana Mackenzie,2009.

DORNELAS, Kirlla Cristhine Almeida *et al. A percepção dos estudantes da Área de Saúde sobre o relacionamento Humano-Animal e a Terapia Assistida por Animais (TAA)*. 2010. Disponível em: <http://www.inataa.org.br/pdf> Acesso em: 20 Mar. 2012.

DOTTI, Jerson.*Terapia e animais- Atividade e Terapia Assistida por Animais-A/ TAA* Práticas para Organizações, Profissionais e Voluntários, São Paulo: Noética, 2005.
DOMINGUES, Camila Mantovani.*Terapia Fonoaudiológica Assistida por Cães:* Estudo de casos Clínicos. São Paulo, 2007. Disponível em:< http://www.inataa.org.br/pesquisas> Acesso em: 13 Mar. 2012.

GORREIS *et al.* Diagnóstico de enfermagem em idosos de instituição de longa permanência. *Revista Ciência e Saúde*, v. 1, n. 2, Porto Alegre, 2008.

GORZONI, Milton Luiz; PIRES, Sueli Luciano. Idosos Asilados em hospitais gerais. *Rev. Saúde Pública*, v. 40, n. 6, 2006.

GUIDETTI, Andréia Arruda; PEREIRA, Aline dos Santos. A importância da comunicação na socialização dos idosos. *Revista de educação*, n. 11, v. 11, 2008.

MACHADO, Juliana de Abreu Campos et al. Terapia Assistida por animais (TAA). *Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária*, n. 10, 2008.

OLIVEIRA et al. *Idosos e Família*: Asilo ou casa. 2006. Portal dos Psicólogos. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigo/textos.pdf>. Acesso em: 06 set. 2012.

PEREIRA, Maria Júlia Fragoso *et al*.. Os benefícios da Terapia Assistida por Animais: uma revisão bibliográfica. *Revista Científica da América Latina*, n. 14, v. 4, 2007.

PLETSCH, Protásio. *A relação homem-animal*. 2011. Disponível em: <http://www.equogenfidelis.org.br>.Acesso em: 24 mar.2012.

SANTOS, Karen Cristini Pires Timoteo dos. *Terapia Assistida por Animais* - uma experiência além da ciência. Coleção Vida Assistida, São Paulo: Paulinas, 2006.

SOUZA, Jaime Luis Cunha. *Asilo para Idosos*: o lugar de face rejeitada. Biblioteca Digital, ano 4, n. 1. Belém, 2003. Disponível em: <http://www.nead.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas >. Acesso em: 15 Jul.2012.

WENDT, Simone Ballão; PEREIRA, Nicoly. A terceira idade e o bem estar animal. *Revista de Divulgação Científica*, v. 16, n. 2, 2012. ÁGORA: Número especial: I Seminário Integrado de Pesquisa e Extensão Universitária.

Animal-assisted therapy for the elderly in long-term care facilities: perspectives for nursing performance

Abstract: Humans and animals have coexisted since the beginning of time, and that relationship has gone through changes. Animals nowadays are being used as an aid in both complementary and conventional therapies. That kind of therapy, which has been given the name animal-assisted therapy (AAT), can be applied in all age groups by using various species of animals. Dogs are the most used due to the fact that they maintain a harmonious relationship with human beings, and they can be easily trained. It is a therapy that employs a multidisciplinary team involving a range of human and animal health professionals, based on definite rules. Nursing is a part of that process. Animal-assisted therapy may also take place in an institution or at home. In Brazil, the use of AAT dates back to a few decades ago. The therapy aims at enhancing an individual's physical, emotional and social well-being, and its use in elderly living in long-term care facilities (LTCF) is made as a way of humanizing the service by strengthening ties between professionals and team. This paper aims at presenting the possibilities of use of AAT in elderly living in LTCF, which in turn they feel abandoned and needing care. A bibliographical research with analytical-descriptive nature was used so that it was possible to discuss the role of the nurse as a link between animal and patient by accompanying, recognizing, evaluating and monitoring patient's evolution over time.

Keywords: Dogs – Nursing – Elderly – Animal-assisted Therapy

Resenha

Saberes
Interdisciplinares

Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset

Mauro Sérgio de Carvalho Tomaz
Graduando em Filosofia – UFSJ
E-mail: msctomaz@hotmail.com
Fone: (32)99993-8145; (35)98475-8943
Bolsista PIBIC/FAPEMIG – UFSJ

Data de recepção: 03/04/2014
Data de aprovação: 06/06/2014

CARVALHO, José Maurício de. *Introdução à filosofia da razão vital de Ortega y Gasset.* Londrina: Cefil, 2002.

Nessa obra, José Maurício de Carvalho introduz o leitor ao modo de pensar do filósofo espanhol contemporâneo José Ortega y Gasset (1883-1955), demonstrando as influências que Ortega y Gasset recebeu em sua filosofia, tanto de outros autores – como a herança do neokantismo, do existencialismo e do culturalismo da escola de Marburgo – quanto do momento em que vive e dos desafios que enfrenta - a crise da primeira metade do século XX. Carvalho convida o leitor a caminhar através da filosofia orteguiana enquanto relata a visão de Ortega sobre alguns assuntos, tais como a metafísica, a teoria do conhecimento, a política, a moral e a educação, proporcionando ao leitor a possibilidade de se situar diante da vasta obra do filósofo em questão e de ter uma visão bastante ampla de suas áreas de investigação e da consistência de seu pensamento.

Nos primeiros quatro capítulos, Carvalho apresenta a metafísica de Ortega y Gasset e as estruturas básicas de sua filosofia. Nesse ponto, encontra-se a tese central do pensamento orteguiano: o raciovitalismo, espécie de síntese entre o realismo antigo e o idealismo moderno. Ortega introduz a pedra angular, um terceiro e novo objeto: a vida como realidade última, radical. Ou seja, o fundamento da realidade não está somente fora da consciência (as ideias como queria Platão, a substância à moda de Aristóteles ou a ideia de Deus para os medievais) nem está também somente na consciência (isolado no *cogito* cartesiano nem abstraído na razão pura de Kant), mas na vida mesma, na vida de carne e osso, na vida de cada um. É aí, nos desafios que ela impõe ao vivente particular, nas circunstâncias inexoráveis da vida de cada um, que obrigam o homem a modificá-la, alterá-la, lapidá-la pelas suas escolhas, que a realidade encontra seu fundamento. Dessa forma, a razão é uma dimensão da vida humana: a dimensão propriamente racional. O que quer dizer que antes de pensar é preciso viver e não pensar primeiro para viver depois. A essa forma de abordagem Ortega chama de filosofia da razão vital. Esses são, sucintamente, os pilares sobre os quais o filósofo espanhol se baseia para criar sua visão antropológica e, a partir daí, estabelecer suas formas de pensar sobre outras dimensões da vida humana.

Com essa tese, o filósofo examina a relação entre o Eu e o mundo, ou seja, as circunstâncias em que o sujeito se encontra e a maneira como as modifica. Essa modificação, entretanto, não é arbitrária, mas parte de características do sujeito, como o contexto histórico em que está inserido e, consequentemente, das crenças (unidades de pensamento pré-racionais) que admite. Além disso, na perspectiva de Ortega, todo homem tem em si uma vocação, um chamado, um impulso vital e de acordo com ele deve viver para que possa desempenhar a missão que lhe é própria, sob pena de cair em uma existência inautêntica, já que o fato de existir uma missão não pressupõe a sua inexorável concretização. A vocação, além de individual, tem um âmbito também social, não pode ser encarada fora da cultura em que se insere. De forma que o homem, para ser autenticamente quem é, precisa lançar-se além da própria individualidade, preocupando-se com os problemas de seu tempo. Esses pontos são de fundamental importância para a compreensão da visão do autor sobre outros aspectos: tanto o moral e o político quanto o pedagógico e o epistemológico.

Carvalho dedica o capítulo V à forma que Ortega compreende o amor. Para o filósofo espanhol, o amor surge quando uma alma repousa em outra. Partindo dessa concepção, o sentimento não é algo ideal, despregado da realidade última e fundamental que é a vida, mas é uma forma particular de comportamento que visa retirar o Eu de si mesmo e direcioná-lo para o ser amado. Sendo assim é um sentimento de suma importância, pois explica uma parte das ações humanas diante da vida.

O tema tratado no próximo capítulo demonstra a visão orteguiana da moral. Nessa perspectiva, a moralidade é entendida como fidelidade à vocação. A dimensão ética de sua filosofia se dá justamente na concepção de que o homem é livre para cumprir ou não sua vocação e de que cada ação praticada na inexorabilidade da escolha frente às circunstâncias implica a responsabilidade das escolhas.

No capítulo VII, o autor apresenta a visão política de Ortega, explicando que o fato de posicionar-se favoravelmente ao liberalismo enraíza-o na metafísica: o homem deve ser livre para construir a própria vida frente às circunstâncias geradas pelo mundo e frente à inexorabilidade da escolha. Sendo assim, seu pensamento se reflete em uma teoria política que privilegia essa forma de viver, pois a falta da liberdade faz surgir o indivíduo que se exime da responsabilidade de gerir a própria vida: o homem-massa. A existência (inautêntica) desse tipo de homem, para Ortega, nada mais é que um parasita social, favorecendo o estabelecimento de governos totalitários.

No último capítulo, o autor depara-se com a questão da educação na filosofia de Ortega y Gasset. Ele chega mesmo a falar em "verdadeiras pérolas" (p. 488) ao se referir à atribuição das conclusões antropológicas de Ortega, nascidas de sua metafísica, através de um processo pedagógico. Assim, a visão que Ortega guarda da educação não está separada da sua forma de encarar a filosofia ou a política, por exemplo. Uma educação vista sob a perspectiva da filosofia da razão vital deve ter como realidade radical a vida, prepara-se para ela, fazer com que o educando seja capaz de resolver os problemas que lhe são apresentados pelas circunstâncias, tanto no presente como no futuro.

Estes temas tratados por Carvalho, sob a perspectiva orteguiana, devem ser encarados não como proposições invariáveis, cristalizadas, mas como formas de pensar que estão permanentemente em construção, como está a história e, consequentemente, como estão os homens. Ambos são passíveis de enfrentar momentos de crise, como a inadequação das crenças às novas ideias emergentes que modificarão os homens e transformarão a sociedade.

A obra é apresentada de uma forma clara e homogênea de maneira que o leitor sente-se atraído pelas ideias sedutoras de Ortega e pela claríssima apresentação de Carvalho, que, com perguntas bem colocadas em pontos estratégicos do texto, trata do assunto em questão como se estivesse ministrando uma aula. Em outras palavras, o leitor sente como se pudesse dialogar com o texto.

A divisão dos capítulos é também articulada de maneira que o leitor que busca se familiarizar com a forma de pensar de Ortega sente-se eficientemente orientado nos primeiros quatro capítulos, de forma que os temas tratados em seguida possam ser compreendidos sem muitas dificuldades. Como se Carvalho, antes de levar o leitor a passeio pela genial construção orteguiana, começasse pelos seus pilares mais profundos.

Dessa forma, é quase impossível deixar de perceber a atualidade da filosofia orteguiana, principalmente em relação aos desafios enfrentados pela sociedade brasileira hodierna na política e na educação. Carvalho apresenta como Ortega parece profetizar muitas dificuldades atuais não só na Europa como em toda sociedade ocidental, e como propõe para elas uma forma de resolução que coloca em destaque a vida humana e a sua liberdade. Talvez seja exatamente disso que a sociedade atual precise: resolver os desafios propostos pelas circunstâncias de seu tempo sem se esquecer da própria intimidade.

Normas Para Publicação

Saberes
Interdisciplinares

Normas para publicação na Revista Saberes Interdisciplinares

1. Modalidades das publicações

A revista *Saberes Interdisciplinares* é um periódico científico semestral, destinado à publicação de trabalhos inéditos, de áreas temáticas diversificadas, nas formas de artigos científicos, ensaios e resenhas.

Serão aceitos trabalhos relativos a todos os ramos do saber, escritos de forma acessível, limitando-se ao essencial os aspectos mais técnicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, em sintonia com os cursos existentes no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Almeida Neves e da Universidade Presidente Antônio Carlos em São João del-Rei – MG.

II. Normas para Publicação

Avaliação dos trabalhos: todos os trabalhos encaminhados à Revista *Saberes Interdisciplinares* serão submetidos à aprovação de dois pareceristas *ad hoc*, que poderão sugerir aos autores eventuais modificações no texto.

Direitos autorais: os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedades da *Saberes Interdisciplinares,* implicando automaticamente a cessão dos direitos autorais. Os autores receberão dois exemplares da revista em que tiverem seu trabalho publicado.

Encaminhamento dos artigos: os originais deverão ser enviados à Revista *Saberes Interdisciplinares* em duas vias impressas, acompanhadas de disquete ou e-mail com o texto digitado no programa *Word for Windows* 6.0 ou superior, corpo 12 e fonte *Arial*, espaçamento 1,5 não ultrapassando a 15 páginas, no formato A4.

Estrutura: os artigos devem obedecer à estrutura convencional do artigo científico, de acordo com a NBR-6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), observando as seguintes normas:

·**Título do artigo –** centralizado no topo da página – deve indicar, resumidamente, o conteúdo do trabalho.

·**Nome do autor –** seguido da titulação, departamento e/ou programa e instituição a que estiver vinculado, com endereço eletrônico.

Resumo (NBR-10520) **–** apresentação concisa dos pontos relevantes do trabalho, localizado antes do texto, na língua original, e em inglês, ao final do texto (*Abstract*), limitando-se a 250 palavras (mais ou menos dez linhas), com apenas um parágrafo inicial.

Palavras-chave – seleção de palavras e expressões que indiquem o conteúdo do trabalho (também em inglês (*key words*), recomendando-se o mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave).

·**Introdução –** deve estabelecer com clareza o objetivo do trabalho, preferencialmente relacionando-o com outros do mesmo campo e apresentando, de forma sucinta, a situação em que se encontra o problema investigado.

Numeração progressiva (NBR-6024) – os títulos das divisões e subdivisões dos artigos devem ser precedidos de numeração progressiva: 1, 1.1, 2, 2.1 e assim por diante.

Citações (NBR-10520) – as citações formais (transcrição) curtas devem vir inseridas no texto, entre aspas. Citações longas, com mais de três linhas, devem constituir um parágrafo independente, recuado, em espaço 1. A indicação da referência (fonte) de onde foi retirada a citação deve constar de sobrenome do autor, data e página(s). Exemplo (SOUZA, 2006, p. 41-45). A indicação bibliográfica completa deverá constar das referências ao final do trabalho.

Siglas e abreviações – deverão estar seguidas de suas significações, por extenso, na primeira menção no texto.

Notas – as notas explicativas, quando necessárias, devem vir numeradas de acordo com o seu aparecimento e colocadas ao final do texto.

Referências (NBR-6023) – devem estar imediatamente após o texto, em ordem alfabética, contendo as referências completas das obras citadas no artigo. Exemplo:

Artigo consultado de periódico
BARROS, A. T. Cenário internacional e o discurso da Folha de São Paulo sobre a privatização no Brasil. *Tuiuti: ciência e cultura,* Curitiba: s.n, v. 5, n. 1, p. 24-32, mar. 1996.

Livro
HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Artigo retirado de jornais
COUTINHO, Wilson. O Paço da Cidade retorna ao seu brilho barroco. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 6 mar.1985. Caderno B, p. 6.

IPTAN

Saberes
Interdisciplinares

Informações Gráficas
Formato: 15 x 21 cm
Páginas: 88
Tipologia: Minion e Myriad
Papel: Capa - Supremo 250g
Miolo - Offset LD 90g/m²
Tiragem: 500 exemplares
Impressão e Acabamento: Juizforana Gráfica